



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Psicologia

**As Contribuições da Psicologia, Enquanto Ciência e Campo de Atuação  
Profissional, no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres**

Paula Miziara Verlaet

Brasília - DF  
Dezembro de 2021



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Psicologia

**As Contribuições da Psicologia, Enquanto Ciência e Campo de Atuação  
Profissional, no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres**

Paula Miziara Verlaet

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão de Curso de Psicologia.  
Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

Dezembro de 2021



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Psicologia

### **Folha de Avaliação**

Autora: Paula Miziara Verlaet

Título: As Contribuições da Psicologia, Enquanto Ciência e Campo de Atuação  
Profissional, no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres

Banca Examinadora:

---

Professora orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

---

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

---

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Brasília - DF

Dezembro de 2021

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais, que possibilitaram todas as oportunidades que já tive e tentam sempre me apoiar, mesmo quando não entendem muito bem do que eu estou falando.

Agradeço a todas as minhas amigas e todos os meus amigos, que acreditaram em mim até quando eu mesma não acreditei. Em especial, gostaria de agradecer ao Gabriel, ao Bernardo, à Fernanda e à Gabriella.

Agradeço também à Júlia Castelli, com quem eu tive a oportunidade de crescer e aprender sobre a vida. Com ela, aprendi sobre paciência e irmandade e aprendi a ser quem eu sou. Espero continuar crescendo e aprendendo ao seu lado.

Agradeço aos meus colegas de curso que me apoiaram ao longo desses anos e me acompanharam e me ajudaram nesse momento, tão difícil, de conclusão de curso. Gostaria de agradecer, em especial, à Bruna Fernanda, que me acompanha desde o primeiro semestre.

Agradeço ainda todas as minhas professoras e meus professores que, ao longo desses anos de graduação, acreditaram em mim e me ajudaram a chegar aonde estou hoje. Em especial, agradeço à Rejane Reis, à Morgana Queiroz e à Mara Webber.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Ana Flávia do Amaral Madureira, que, há vários semestres, acredita no meu potencial e me estimula a me aprimorar, tanto academicamente quanto como pessoa. Obrigada pela sua humanidade e sensibilidade, pela sua dedicação e pelos momentos de troca e reflexão que pudemos compartilhar. Levarei seus ensinamentos para a vida!

Nós suportamos  
Os ferimentos e as mutilações  
A modelagem  
Para a forma  
Formando, reformando  
Para o pior dos significados  
Para viver.

*E quem nos negaria?*

Constritas, contraídas,  
Diminuídas e encolhidas,  
Nós fazemos o que é agradável,  
O que nos faz agradáveis,  
O que formamos para ser agradáveis  
E o que nos forma para ser agradáveis  
Independentemente de como isso nos deforma  
Para que ocupemos os menores espaços  
E falemos nas menores das vozes,  
Quase inaudíveis,  
Algumas vezes  
Completamente inaudíveis.

Sharon H. Nelson

Trecho do poema “Silencing”, 1998, p. 4  
(Tradução livre da autora da presente Monografia)

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>vii</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
Objetivo geral.....	9
Objetivos específicos.....	9
<b>1. As Identidades de gênero e a violência contra as mulheres.....</b>	<b>10</b>
<b>2. As múltiplas feminilidades e a violência contra as mulheres.....</b>	<b>18</b>
<b>3. A Psicologia no enfrentamento da violência contra as mulheres.....</b>	<b>25</b>
3.1 Direitos humanos e a história da Psicologia no Brasil.....	31
<b>4. Metodologia.....</b>	<b>37</b>
4.1 Participantes.....	38
4.2 Materiais e instrumentos.....	39
4.3 Procedimentos de construção de informações.....	40
4.4 Procedimentos de análise.....	42
<b>5. Resultados e Discussão.....</b>	<b>44</b>
5.1 A Psicologia na prevenção da violência contra as mulheres.....	44
5.2 A Psicologia no atendimento e na assistência de mulheres em situação de violência.....	53
5.3 A formação em Psicologia e a violência contra as mulheres: sugestões das participantes.....	64
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>70</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>73</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>78</b>
Anexo A.....	78
Anexo B.....	80
Anexo C.....	84

## Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia, de que maneira a formação acadêmica em Psicologia pode contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres, bem como para o atendimento e assistência de mulheres em situação de violência. Foi utilizada na pesquisa uma metodologia qualitativa. De forma mais específica, foram realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas virtuais, com apresentação de imagens selecionadas previamente, com estudantes de Psicologia, mulheres jovens, a partir do 7º semestre da graduação. A análise e interpretação de informações foi realizada por meio da análise de conteúdo em sua vertente temática. Foram elaboradas três categorias analíticas. Os resultados indicaram que a formação em Psicologia pode contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio da desconstrução de preconceitos e estereótipos de gênero que fomentam práticas opressivas e promovem a manutenção de desigualdades. Ainda, foi possível vislumbrar as experiências das participantes na assistência de mulheres vítimas de violência em sua formação em Psicologia. As participantes puderam também fazer sugestões para o aprimoramento da formação em Psicologia com relação ao tema do enfrentamento e da prevenção da violência contra as mulheres, como, por exemplo, a conexão desses temas com as áreas de atuação da Psicologia para trabalhar a identificação de situações de violência e a criação de mais espaços para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a assistência de vítimas de violência.

**Palavras-chave:** Formação em Psicologia; Gênero; Violência Contra as Mulheres; Estereótipos.

## Introdução

No ano de 2020, foram registradas mais de 150 mil denúncias de violência contra as mulheres no país. Isso significa que 30% dos atendimentos realizados pelo Ligue 180, a Central de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência, e pelo Disque 100, que recebe denúncias de violação de direitos humanos, foi referente às denúncias de violência contra as mulheres. Foi informado também que a maioria dessas denúncias foi feita por mulheres pardas (Martello, 2021)<sup>1</sup>.

Ainda com o intuito de expor o cenário de violência contra as mulheres no Brasil, é importante chamar a atenção para o fato de que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o país possui a quinta maior taxa de feminicídio no mundo. Aquelas que são vítimas desse tipo de crime são mortas pela sua condição de serem mulheres, sendo as mulheres negras as mais suscetíveis a sofrerem violência (Martins, 2017)<sup>2</sup>.

O Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil, estudo realizado pelo Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal, cuja segunda edição foi publicada em 2018, teve como intuito apresentar indicadores que representassem o cenário da violência contra as mulheres no país, com o objetivo de favorecer intervenções na direção do enfrentamento da violência contra as mulheres e promover ações voltadas para a prevenção da violência contra as mulheres. O estudo em questão apresentou diversos resultados significativos, que revelam que quem mais sofre com esse tipo de violência no Brasil são as mulheres pretas e pardas e que há uma aparente

---

<sup>1</sup> “Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra a mulher em 2020; pandemia é fator, diz Damares”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml>

<sup>2</sup> “Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior no mundo”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo>



subnotificação no registro de atos que se configuram como violência contra as mulheres (Observatório da Mulher Contra a Violência/Senado Federal, 2018).

Outro fator que prejudica a compreensão mais aprofundada da realidade da violência contra as mulheres no nosso país é a multiplicidade de formas de violência existentes – física, racial, sexual, simbólica etc. –, que, muitas vezes, se escondem no interior dos relacionamentos e das instituições (Bittelbrun, 2017). Um exemplo de como essa violência se disfarça se torna evidente quando levamos em consideração a violência institucional que mulheres vítimas de violência sexual muitas vezes sofrem ao buscarem atendimento médico.

A violência institucional nesse contexto se dá quando essas mulheres sofrem abusos, são desqualificadas e submetidas a julgamentos e práticas discriminatórias por parte dos profissionais de saúde, ações as quais são “justificadas” pelas relações de poder desiguais presentes entre as usuárias desse atendimento e esses profissionais de saúde e são influenciadas pelo caráter patriarcal e machista da nossa sociedade (Regino, 2015).

As informações apresentadas tornam claro que, dentre todas as mulheres, existem aquelas que se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade e que existe uma subnotificação de situações de violência vivenciadas pelas mulheres no nosso país. Como visto, esse é o caso das mulheres negras. As mulheres trans, também, se encontram em uma posição de grande vulnerabilidade, devido à alta rejeição social que sofrem por causa da transfobia (Franco & Cicillini, 2015). Apesar da subnotificação, no entanto, é possível perceber a gravidade da situação da violência contra as mulheres no Brasil. O que exige, portanto, mudanças radicais na forma como as diferentes instâncias sociais se relacionam com as mulheres no país.

Diante de indicadores tão significativos e preocupantes, proponho o seguinte problema de pesquisa: como a formação em Psicologia pode contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres, bem como para o acolhimento e a assistência de mulheres em situação de violência?

Desde o início da minha graduação em Psicologia, me vi interessada em temas relacionados às identidades de gênero e, no decorrer dessa trajetória, busquei compreender as formas através das quais a Psicologia poderia contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, ao longo do meu percurso acadêmico, meus estudos se voltaram para as identidades de gênero e perpassaram temas como padrões de beleza, mídias sociais e estereótipos de gênero. Assim, produzi uma pesquisa intitulada “Aparência Corporal, Feminilidade e Mídia: Diálogos Entre a Psicologia e as Artes Visuais” que, por sua vez, gerou o artigo empírico intitulado “A Mídia e as Representações Visuais da Feminilidade e da Corporeidade”, sendo essas duas produções acadêmicas orientadas pela Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira.

Esses estudos me permitiram fazer reflexões mais aprofundadas sobre as relações sociais que se dão na nossa sociedade e sobre o que significa ser mulher e ser feminista nessa realidade que é tão desigual. Me permitiram ainda perceber com mais clareza as relações de poder que permeiam as relações sociais e a forma como moldam a sociedade, geram desigualdades e fomentam violências. Assim, procurei, na presente pesquisa, analisar a forma como a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, pode contribuir para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Nesse sentido, é importante destacar que a violência de gênero é um fenômeno complexo e multifacetado, que acontece com base em relações de poder assimétricas, nas quais há uma relação desigual entre uma pessoa que detém o poder e outra que se encontra em uma posição de subordinação (Latif Antonia Cassab citada por Bittelbrun,

2017). Na nossa sociedade, que possui características profundamente patriarcais, é o homem que costuma estar na posição de poder, enquanto a mulher geralmente é vista como submissa e passiva (Latif Antonia Cassab citada por Bittelbrun, 2017).

Essa visão estereotipada da figura feminina como submissa e passiva é socialmente construída e, lamentavelmente, transforma o corpo feminino em um “objeto visual” feito para a contemplação masculina. Como pode ser observado nas artes visuais, por exemplo, as quais funcionam como uma representação das relações sociais entre as pessoas em um sentido mais amplo (Berger, 1980; Loponte, 2002). Dessa forma, essas representações visuais retratam as relações de poder assimétricas que existem entre os gêneros e, por vezes, colocam as mulheres em uma posição de inferioridade. A objetificação feminina pode, então, se traduzir em violência, uma vez que retira a mulher do seu lugar de pessoa, dotada de subjetividade.

É possível ilustrar a objetificação feminina chamando atenção para um experimento que foi realizado nos Estados Unidos, com 21 homens heterossexuais, estudantes de pós-graduação (Geraque, 2009). Esse experimento mostrou, com o auxílio de máquinas de ressonância magnética, que os circuitos cerebrais ativados nesses homens ao observarem corpos femininos de biquíni e desprovidos de identidade, ou seja, com os rostos ocultos, são os mesmos que são ativados quando reconhecem objetos inanimados. Pensando em um possível viés cultural, uma das mentoras desse experimento afirmou que acredita que o resultado seria o mesmo se o experimento fosse realizado em outros países nos quais mulheres usando biquínis são comuns, como é o caso do Brasil (Geraque, 2009)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “Cérebro masculino vê mulher de biquíni como objeto, aponta estudo”. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2009/02/505127-cerebro-masculino-ve-mulher-de-biquini-como-objeto-aponta-estudo.shtml>

Diante do que foi apresentado, é inegável que se faz necessária a realização de diversas intervenções no que diz respeito à violência contra as mulheres, tanto no sentido preventivo quanto no sentido do enfrentamento da violência. De acordo com Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010), o enfrentamento da violência contra as mulheres exige intervenções em diversos níveis, como, por exemplo a realização de ações de conscientização em escolas ou o estímulo à realização de debates acerca da feminilidade, perpassando múltiplas esferas da sociedade. Isso significa que, para provocar mudanças nesse cenário de violência, é preciso desenvolver ações que estimulem mudanças de valores culturais, como a criação de políticas públicas e a promoção de assistência às vítimas de violência (Hanada et al., 2010).

Nesse sentido, quando se observa o atendimento de mulheres em situação de violência pelas redes de assistência, são encontrados diversos problemas (Hanada et al. 2010). Alguns desses problemas se referem à banalização da violência e à falta de preparo de profissionais de saúde dessas redes, gerando dificuldades na identificação da situação de violência e no acolhimento dessas mulheres por parte desses profissionais da saúde. Isso significa que algumas dessas profissionais e alguns desses profissionais apresentam dificuldades ao lidar com casos de mulheres em situação de violência e dificuldades em realizar trabalhos interdisciplinares, que é o tipo de trabalho demandado nesses casos (Hanada et al., 2010).

Diante disso, questiona-se o que pode estar por trás dessa dificuldade de lidar com a violência contra as mulheres. Os estereótipos de gênero apresentam inúmeras implicações no modo como as mulheres são percebidas na sociedade, uma vez que influenciam o exercício de papéis de gênero, assim como impactam os sentimentos e as subjetividades dos indivíduos. Tendo isso em vista, é possível que profissionais da saúde que realizam os atendimentos de mulheres em situação de violência tenham

internalizado certas crenças estereotipadas em relação à feminilidade e à masculinidade que prejudicam o seu trabalho nesse contexto.

Um exemplo disso são as crenças estereotipadas de que as mulheres devem assumir uma posição submissa em relação aos homens. Nesse sentido, as mulheres podem ser vistas, lamentavelmente, como objetificáveis. O que pode fazer com que profissionais da saúde desqualifiquem ou façam julgamentos pejorativos sobre as mulheres em situação de violência que buscam atendimento. O que resultaria em um atendimento pouco competente e possivelmente danoso, uma vez que isso pode gerar novas situações de violência.

A multiplicidade das violências contra as mulheres existentes produz diversos efeitos, tanto físicos quanto psicológicos, que, por vezes, acabam por confundir as(os) profissionais da saúde. Ou seja, as consequências emocionais, físicas e psicossomáticas da violência podem ser incorretamente identificadas nos serviços de assistência às mulheres, sendo consideradas como sintomas primários e não sintomas secundários de situações de violência vivenciadas pelas mulheres atendidas. Essa identificação incorreta de sintomas pode resultar na revitimização dessas mulheres e agravar, ainda mais, a situação (Meneghel, 2015).

Frente a esses problemas, é possível perceber as dificuldades que existem entre profissionais de saúde nas redes de assistência no que diz respeito à abordagem do tema da violência de gênero, à elaboração de reflexões críticas sobre o assunto e a elaboração e implementação de intervenções adequadas, voltadas à promoção de mudanças na sociedade, o que acaba por minimizar o impacto do enfrentamento da violência contra as mulheres (Oliveira, 2015). É possível que esses problemas encontrados sejam resultado, em parte, de lacunas na formação dessas(es) profissionais.

De forma mais específica, as(os) psicólogas(os) compõem uma das categorias de profissionais da saúde que trabalham com mulheres vítimas de violência e, portanto, a sua formação inicial e, posteriormente, a sua formação continuada para manejar essas situações também deve ser problematizada criticamente. Isso se torna ainda mais relevante quando se leva em consideração os múltiplos âmbitos nos quais (as)os psicólogas(os) podem entrar em contato com mulheres em situação de violência, como em hospitais, delegacias e no próprio atendimento clínico. Ainda, essa multiplicidade de cenários de atuação das(os) psicólogas(os) favorece que essas(es) profissionais tenham uma posição privilegiada no trabalho voltado à prevenção da violência contra as mulheres.

Sobre o atendimento de mulheres em situação de violência, o Dicionário Feminino da Infâmia afirma: “O atendimento às mulheres precisa contemplar a individualidade e as especificidades, criando um ambiente de escuta e acolhimento e propiciando atenção integral, inclusão social e equidade” (Regino, 2015, p. 47).

Diante de tal afirmação, o papel da(o) psicóloga(o) no enfrentamento da violência contra as mulheres se mostra essencial. À frente de uma realidade violenta, que reproduz, frequentemente, os estereótipos de gênero, que acabam por fomentar visões sexistas e misóginas, as(os) psicólogas(os) podem oferecer uma perspectiva humanizada e uma escuta qualificada no atendimento de mulheres em situações de violência. Podem, ainda, trabalhar na capacitação de outros profissionais da saúde que estão envolvidos nesse atendimento, para enfrentar de modo efetivo dificuldades que possam surgir no trabalho com essas mulheres.

Além disso, a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, pode (e deve) contribuir para a sensibilização acerca de assuntos que permeiam a violência contra as mulheres, como estereótipos de gênero e o racismo, por exemplo,

com o intuito de favorecer o enfrentamento dessa violência, no sentido de promover estratégias de prevenção, bem como de promover intervenções adequadas no contexto de violência.

Frente à possibilidade de que as dificuldades encontradas no enfrentamento da violência contra as mulheres sejam o resultado de lacunas na formação acadêmica de profissionais de saúde que trabalham com mulheres em situações de violência e levando em consideração as contribuições que a Psicologia pode trazer para o enfrentamento dessa violência, a análise da construção histórica da formação em Psicologia no Brasil é relevante.

Ao compreender melhor a forma como a Psicologia se instalou e se modificou no país ao longo dos anos, seria possível entender melhor a forma como essa área do conhecimento, enquanto ciência e campo de atuação profissional, se relaciona com a temática da violência contra as mulheres, assim como os temas que a perpassam, como, por exemplo, estereótipos de gênero, sexismo e racismo. Essa compreensão se faz relevante uma vez que a aproximação da Psicologia em relação a esses temas influencia na formação de novas(os) profissionais da área, que, por sua vez, poderão trazer contribuições relevantes para o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil.

Portanto, o aprofundamento na formação acadêmica em Psicologia no que diz respeito à sua atuação profissional diante da violência contra as mulheres poderia contribuir para a capacitação das(os) futuras(os) psicólogas(os). As(os) ajudando, por exemplo, a lidar com questões relativas à violência contra as mulheres e gerando reflexões críticas sobre os mecanismos sociais e culturais que fomentam a violência e sobre os próprios valores dessas(es) futuras(os) profissionais. Isso contribuiria positivamente na prevenção, bem como nas intervenções voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, gerando novos conhecimentos sobre o cenário social em

questão, levando sempre em consideração a diversidade de significados atribuídos à feminilidade e à masculinidade na sociedade brasileira na contemporaneidade.

A presente monografia foi estruturada da seguinte forma: a seguir, serão apresentadas três seções teóricas, nas quais são discutidos conceitos teóricos que fundamentaram a pesquisa. Em seguida, será apresentada a seção metodológica, que descreve a pesquisa realizada, e, posteriormente, a seção de resultados e discussão, sendo que essa é composta por três subseções que apresentam a análise dos principais resultados da pesquisa. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

Os objetivos geral e específicos da presente pesquisa são apresentados a seguir:

**Objetivo geral:**

Analisar, a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia, de que maneira a formação acadêmica em Psicologia pode contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres, bem como para o atendimento e assistência de mulheres em situação de violência.

**Objetivos específicos:**

- Analisar como os estereótipos de gênero influenciam no enfrentamento da violência contra as mulheres a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia.
- Identificar como a temática das identidades de gênero e da violência contra as mulheres se fez presente na formação em Psicologia a partir da perspectiva de estudantes da área.
- Investigar de que forma as crenças associadas à feminilidade influenciam a forma como estudantes de Psicologia compreendem e percebem casos de violência contra as mulheres.



## 1. As Identidades de Gênero e a Violência Contra as Mulheres

As identidades são construídas nas relações entre pessoas, culturas e sociedades. Isso significa dizer que a construção das identidades é feita de forma simbólica e social e que as identidades são marcadas pela diferença (Woodward, 2000). As diferenças que marcam as identidades vão se estabelecer a partir da regulação por parte de sistemas de classificação que aplicam o princípio da diferença em um grupo, dividindo-o. Essa divisão pode ser feita, por exemplo, por gênero, sexualidade ou pertencimento étnico-racial. Assim, significados são produzidos e a vida social adquire ordem. Isso significa dizer que os significados produzidos pelas classificações simbólicas têm implicações nos discursos, vivências e rituais compartilhados em sociedade (Woodward, 2000).

Dessa forma, a identidade serve como forma de contemplar aquele que é diferente, assim, como serve de referência para lidarmos com as diferenças encontradas no outro (Sawaia, 2014). Diante daquilo que é diferente, que o sujeito não conhece, a tendência é que o ser humano perca a capacidade de exercer controle sobre o que não domina, o que gera, frequentemente, insegurança e, por vezes, aflição (Sawaia, 2014).

Assim, é possível que essas diferenças sejam construídas, muitas vezes, de forma negativa, resultando na opressão do outro socialmente considerado “inferior” (Woodward, 2000). Uma vez que a identidade é marcada pela diferença, as identidades sociais vão se formar a partir da comparação entre um “nós” e um “eles”, que diferenciam grupos e preservam determinados sistemas de valores (Galinkin & Zauli, 2011). Essas comparações podem resultar na percepção social negativa em relação a determinadas identidades, como é o caso das mulheres e dos negros, por exemplo.

Essas comparações contribuem para a formação das identidades sociais, cujas construções se dão de forma articulada aos grupos sociais e estereótipos que já existem

e circulam nas sociedades (Galinkin & Zauli, 2011). Sobre os estereótipos, Perez-Nebra e Jesus (2011, p. 214) afirmam: “[o estereótipo] categoriza e simplifica o mundo social complexo”. Isso significa dizer que os estereótipos são categorizações feitas sobre grupos e pessoas, com a atribuição de crenças e características a eles, de forma que a percepção que se tem desse grupo ou de uma pessoa se torna generalizada (Perez-Nebra & Jesus, 2011).

Os estereótipos por si só não são necessariamente negativos, podendo ser positivos ou mesmo neutros, porém eles servem de base para o preconceito. Ou seja, o estereótipo antecede a atitude, sendo que a atitude negativa é denominada de preconceito, que pode resultar em ações discriminatórias em diferentes níveis, podendo chegar em intolerância ou ódio em relação àqueles que são considerados diferentes. A discriminação, por sua vez, designa as ações e comportamentos que se baseiam no preconceito (Perez-Nebra & Jesus, 2011). Desse modo, é possível afirmar que as práticas discriminatórias ocorrem quando os preconceitos são colocados em ação (Madureira & Branco, 2012).

Podemos observar, no nosso país, que existem diversas ideias preconcebidas acerca de diferentes grupos sociais. Essas ideias, que estão, muitas vezes, encobertas por um véu de suposta tolerância, se encontram na base de práticas discriminatórias que perpassam as relações sociais cotidianas (Madureira & Branco, 2012). Assim, como foi discutido anteriormente, a discriminação se sustenta por meio dessas ideias pejorativas preconcebidas sobre determinados grupos, isto é, por meio de preconceitos (Madureira & Branco, 2012). É importante destacar também que as desigualdades e práticas opressoras observadas na nossa sociedade são construídas historicamente e são sustentadas por um sistema de poder complexo, que permeia toda a sociedade e estabelece posições sociais desiguais entre diferentes grupos (Madureira, 2018).

Na presente discussão, é importante analisarmos os estereótipos de gênero. Os estereótipos de gênero se referem a um conjunto de crenças que estão relacionadas às expectativas sociais do que seriam características femininas e o que seriam características masculinas. Essas expectativas sociais acabam por “engessar” homens e mulheres em papéis de gênero específicos (Travassos, 2015). Assim são socialmente estabelecidas, por exemplo, as formas de se vestir, de agir e de se comportar com base na identidade de gênero da pessoa.

Uma maneira de compreender os preconceitos é compreendê-los como rígidas fronteiras simbólicas, construídas historicamente e enraizadas afetivamente, capazes de se constituírem como barreiras culturais entre diferentes indivíduos e grupos. Quando essas fronteiras rígidas sofrem transgressões, a violência e a intolerância, associadas à discriminação, contra aquelas(es) que, supostamente, as transgridem podem ser observadas (Madureira & Branco, 2012, 2015).

Nos voltarmos, então, ao sexismo. O sexismo pode ser definido como uma separação rígida entre os gêneros, de forma que um gênero é priorizado em detrimento de outro (Madureira, 2018). É possível perceber que os estereótipos de gênero que se referem ao que é socialmente considerado adequado para homens e para mulheres, que foram mencionados anteriormente, são a base para o preconceito contra aqueles que rompem as rígidas fronteiras de gênero, fronteiras essas que servem para a manutenção das desigualdades referentes às relações de gênero, independente do sofrimento psíquico que isso possa causar (Madureira & Fonseca, 2020). Dessa forma, podemos perceber que o sexismo também funciona como um fenômeno de fronteira. Diante disso, é fundamental que a Psicologia possa delinear estratégias de intervenção voltadas para a desconstrução do sexismo, no sentido de acabar com esse sofrimento psíquico.

É possível perceber a construção histórica dos estereótipos de gênero ao analisar as formas de produção artística ao longo da história da arte ocidental, que favorecem o olhar masculino, como é discutido por Berger (1980) e Loponte (2002). A partir do Renascimento, o corpo nu feminino foi retratado sob o olhar masculino, o que contribuiu para reforçar a representação feminina associada à passividade e à submissão, transformando o corpo das mulheres em um objeto visual que tem o intuito de ser contemplado por homens. O que se perpetua, de diferentes formas, até os dias atuais (Loponte, 2002). Podemos, por exemplo, identificar isso na publicidade contemporânea. Isso se deve ao fato de que, na publicidade e na propaganda, é possível identificar a forma como se dão as relações de gênero em determinado contexto, porque elas refletem e representam o que está presente na realidade das pessoas que as consomem (Sabat, 2001).

A objetificação e a passividade socialmente atribuídas às mulheres buscam manter as mulheres em uma posição submissa e subserviente ao olhar do homem, o que se reflete, em um sentido mais amplo, nas relações sociais cotidianas (Loponte, 2002). Isso significa que as relações de poder desiguais existentes entre homens e mulheres podem ser observadas na relação entre a mulher que está sendo representada e o espectador masculino para qual essa imagem é destinada (Berger, 1980).

Ver o outro não constitui uma atividade passiva, mas remete à aprendizagem, uma vez que olhar para um outro não é um ato insignificante e, por si só, se apropria de algo (Le Breton, 2016). Dessa maneira, essas formas de produção artística ganham poder, na medida em que são capazes de influenciar as pessoas, ao passo que, nas sociedades ocidentais, a beleza é algo que atribui valor às mulheres, enquanto os homens ocupam o lugar daqueles que julgam a aparência corporal das mulheres. Dessa

forma, os critérios de beleza possuem a capacidade de situar as mulheres como subordinadas ao homem (Le Breton, 2016).

Ainda, no mundo globalizado, como o que vivemos atualmente, que traz consigo diversas transformações econômicas, políticas e culturais, surgem mudanças na forma como as pessoas consomem e produzem. Nos dias de hoje, vivemos em uma sociedade informacional e hiper conectada na qual o poder do visual se intensificou, assim como o seu potencial de produzir significados (Loponte, 2002). Vivemos, portanto, em uma sociedade imagética, na qual o corpo é um agenciador de subjetividades contemporâneas e a aparência, muitas vezes, define o sujeito (Novaes, 2011).

Nessa sociedade imagética na qual vivemos, as representações visuais possuem poder sobre o ser humano. Isso ocorre uma vez que as expressões artísticas das artes visuais vêm representando os valores e a forma de ver o mundo das pessoas em diversos contextos culturais ao longo da história da humanidade (Madureira, 2016). Isso está relacionado com o fato de o ser humano ser uma criatura simbólica que está constantemente produzindo significados e que possui uma papel ativo nos processos de significação em sua relação com o mundo (Madureira, 2016).

Dessa forma, é possível afirmar que a compreensão acerca das representações visuais – que correspondem à desenhos, pinturas, fotografias, imagens cinematográficas, entre outras – exige também a compreensão de convenções culturais que circundam essas representações (Santaella. 2012). Pode-se dizer, então, que as imagens são artefatos culturais que expressam os processos de significação decorrentes do contato dos indivíduos com o mundo. São, portanto, signos, instrumentos psicológicos, que norteiam as experiências dos indivíduos no mundo (Madureira, 2016). Tendo em vista sua qualidade de artefatos culturais, as imagens e as representações artísticas podem contribuir para o entendimento de diversos fenômenos culturais e

sociais, como as representações de feminilidade e do corpo feminino ao longo da história, por exemplo (Madureira, 2016).

Assim, na contemporaneidade, o corpo se torna mercadoria e é sujeito à fortes regulações sociais. Frente à essa regulação das práticas corporais, a beleza assume um valor social e quem mais sofre com isso são as mulheres (Novaes, 2011). Diante de uma sociedade imagética, na qual a beleza passou a corresponder ao valor pessoal, ser uma mulher considerada “feia” passou a significar ser uma mulher sem caráter e sem força de vontade. A beleza se tornou moralizada e a feiura passou a ser indicadora de menos valia (Novaes, 2011).

No Brasil, onde a preocupação das mulheres com a beleza pode ser observada historicamente, sendo esse fenômeno mais intenso do que nunca na contemporaneidade, as mulheres se tornam responsáveis por garantirem sua beleza, que se tornou uma obrigação moral, além de ser um dever social. Nesse contexto, fracassar em garantir sua “beleza” é socialmente percebido como o resultado de uma falha individual da mulher (Novaes, 2011). Quando o valor social da aparência corporal supera o valor dos indivíduos, o sofrimento psíquico resultante das regulações sociais que recaem sobre o corpo se torna evidente, principalmente quando se trata do corpo feminino (Novaes, 2011).

O corpo das mulheres se torna, então, despersonalizado e objetificado e as representações da feminilidade produzem sentidos, configurando um exercício de poder que afeta a forma como se compreendem as questões de gênero e sexualidade no cotidiano (Loponte, 2002). Ou seja, essas representações são expressões dos significados culturais hegemônicos em relação à sexualidade e às identidades de gênero, marcados pelas normas binárias e pela heteronormatividade (Loponte, 2002). Pode-se concluir que, ao mesmo tempo que a objetificação e os estereótipos de gênero que

associam a feminilidade com a passividade representados nas artes visuais se refletem na cultura e nas relações sociais, essas representações também são uma reprodução delas.

As consequências disso são diversas, mas é importante destacar que a violência pode resultar da despersonalização e objetificação das mulheres. Ao usarmos o termo “violência de gênero”, considerando “gênero” como parte da identidade dos indivíduos, percebe-se que as ações violentas que definem essa categoria de violência ocorrem no contexto das relações sociais (Almeida, 2014).

Ao discutir sobre gênero, Louro (1998) afirma que “é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros” (p. 22). A autora discute que a palavra “gênero” começou a ser utilizada como distinta de “sexo” por feministas anglo-saxãs. Ao se utilizarem de “gênero” ao invés de “sexo” ou “diferença sexual” puderam enfatizar o caráter social das distinções feitas com base no sexo, rejeitando o determinismo biológico (Scott, 1995, citada por Louro, 1998).

Dessa forma, puderam ressaltar a construção social e histórica que se produz em cima de características biológicas (Scott, 1995, citada por Louro, 1998). Assim, é possível trazer os debates sobre gênero para as relações sociais, uma vez que as relações desiguais vão ser construídas e reproduzidas na sociedade e as razões para essas desigualdades podem ser encontradas nas relações sociais entre sujeitos e na história, não em diferenças biológicas (Louro, 1998).

Tendo em vista o caráter relacional das identidades de gênero, é possível afirmar, então, que a violência de gênero acontece quando se fere um outro considerado “inferior”, que não é visto com o mesmo valor que aquele que violenta, tornando a violência contra as mulheres uma “exibição de espetáculo de poder” (Almeida, 2014, p. 331). Se considerarmos a violência como o não reconhecimento da humanidade do

outro (Madureira & Fonseca, 2020), a violência contra as mulheres consiste em remover as mulheres de seu lugar de pessoas e transformá-las em “coisas”.

As formas de violência são múltiplas – física, sexual, psicológica, institucional – e ocorrem em diversas esferas da realidade – familiar, pública, institucional (Almeida, 2014). No entanto, independentemente da forma que assume e onde ocorre, é possível afirmar que a violência contra as mulheres funciona como um dispositivo de poder masculino, que tem o intuito de controlar as mulheres e conter suas possíveis “transgressões” aos regimes tradicionais de gênero (Almeida, 2014).

Isso significa dizer que a violência contra as mulheres, historicamente, está profundamente vinculada ao patriarcado e à posição de dominação simbólica dos homens (Almeida, 2014). Diante do exposto, destaca-se a importância de reconhecer esses aspectos da violência contra as mulheres na formação em Psicologia, uma vez que correspondem a aspectos relevantes para os processos de acolhimento e assistência de mulheres em situações de violência, assim como para a dimensão preventiva da violência contra as mulheres.



## 2. As Múltiplas Feminilidades e a Violência Contra as Mulheres

Como foi discutido anteriormente, a marcação simbólica das diferenças (Woodward, 2000), quando envolve a desqualificação do outro, se traduz em preconceitos. Na compreensão dos diversos tipos de preconceitos como fenômenos de fronteira, é possível reconhecer suas origens históricas e afetivas e reconhecer esses preconceitos como fronteiras simbólicas rígidas que criam barreiras culturais entre grupos e pessoas. A tentativa de transgressão dessas barreiras culturais (preconceitos) se traduz, frequentemente, em práticas discriminatórias, como é o caso da discriminação racista e da discriminação sexista (Madureira & Branco, 2012, 2015).

É na relação com o “outro” que se percebe a marcação simbólica da diferença. Nesses processos, quando esse “outro” é visto como anormal, perigoso ou imoral, a tendência é que haja um fortalecimento do movimento em direção ao que é considerado conhecido, familiar, ao invés de um movimento na direção de algo novo (Madureira & Branco, 2012). Isso ocorre uma vez que algo conhecido é, normalmente, considerado seguro, enquanto o movimento no sentido contrário, rumo ao novo, envolve riscos e provoca medo. Diante disso, uma barreira cultural tende a ser criada e, quando tal barreira se torna mais rígida, sentimentos de desconforto com relação àquele que é desconhecido ganham força (Madureira & Branco, 2012). A expressão desses sentimentos pode ocorrer por meio do desejo de eliminar o outro, que acaba por ser percebido como a origem do desconforto (Madureira & Branco, 2012).

Nesse sentido, chama-se atenção para as discussões de Brandão (2005) sobre o medo. No alemão, a palavra “medo” pode significar tanto pavor quanto angústia com relação ao que é desconhecido (Brandão, 2005). Diante disso, o autor destaca as contribuições de diversos autores sobre esse tema. Enfatizo as colocações de Norbert

Elias, que afirmam que, durante o processo de civilização das sociedades, o medo passou de um medo de sofrer violências para significar a angústia com relação ao desconhecido, sendo que a intensidade do medo se relaciona com o tanto que o indivíduo conhece sobre o que lhe causa medo (Elias, 1993, citado por Brandão, 2005). Esse medo, então, contribui para a violência entre diferentes grupos sociais. No entanto, se comparada à Idade Média, por exemplo, a época contemporânea, marcada por um maior controle das emoções por parte dos indivíduos, se torna mais previsível e menos violenta (Elias, 1989, citado por Brandão, 2005).

Ainda, Brandão (2005) destaca duas características da representação do medo dos indivíduos: o medo da morte no geral e o medo da morte violenta por meio da vontade arbitrária de outra pessoa. Dessa forma, a violência, que pode ocorrer de diversas maneiras, se torna relevante e se relaciona com o controle das emoções (Brandão, 2005). Nesse sentido, para Elias, é necessário que apliquemos a razão sobre a vida social e coletiva para eliminarmos a violência, capacidade a qual resulta de um longo processo de aprendizagem e pode permitir que as pessoas vivam em paz entre si (Elias, 1994, citado por Brandão, 2005). Frente à essas reflexões, é possível perceber a relação entre o medo e o ódio pelo outro considerado diferente, assim como a vontade de querer eliminar esse outro, reconhecido como a fonte desses sentimentos desconfortáveis.

Tendo em mente os diversos contextos perpassados por práticas discriminatórias, que são violentas e excludentes, é possível perceber as linhas rígidas que marcam as fronteiras identitárias e resultam no não reconhecimento da humanidade do outro. Isso fomenta preconceitos, que acabam por se expressarem em ações, ou seja, em práticas discriminatórias contra certos grupos (Madureira & Fonseca, 2020).

As consequências dos preconceitos vão além de atitudes e práticas do cotidiano, se configurando de maneira estrutural dentro das sociedades, excluindo parcelas significativas das populações que são social e historicamente discriminadas, acentuando as desigualdades entre grupos e pessoas (Perez-Nebra & Jesus, 2011). As discriminações, que são manifestações dos preconceitos, possuem múltiplas faces e acontecem de formas implícitas e sutis, mas também de forma explícita. Implícita ou explícita, a discriminação é uma forma de violência que pode prejudicar seriamente a vida de diversos indivíduos, por aspectos que fogem ao seu controle (Perez-Nebra & Jesus, 2011). Esse é o caso da transfobia e do racismo, por exemplo, que podem ter consequências irreversíveis, como, por exemplo, o assassinato de pessoas trans e de pessoas negras.

Nesse sentido, Perez-Nebra e Jesus (2011) descrevem os “ismos” – como racismo e sexismo, por exemplo – como um sistema institucionalizado de opressão social. As práticas opressoras que permeiam os “ismos” costumam estar ligadas a questões morais e podem resultar em várias formas de violência (Perez-Nebra & Jesus, 2011). A partir disso, é possível compreender que existem alguns grupos sociais que se encontram mais suscetíveis à violência, como é o caso das mulheres, por exemplo.

Ainda assim, dentre as mulheres, existem aquelas em posições de maior vulnerabilidade, como é o caso das mulheres negras, das mulheres trans e das mulheres lésbicas, uma vez que essas são, muitas vezes, discriminadas por diversos aspectos de suas identidades. Djamila Ribeiro, em sua obra “Pequeno Manual Antirracista”<sup>4</sup>, afirma: “sobre a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça, tornando o processo ainda mais complexo” (Ribeiro, 2019, p. 9).

---

<sup>4</sup> A obra “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro, publicada em 2019, recebeu em 2020, na categoria de Ciências Humanas, o prêmio Jabuti, o mais tradicional prêmio literário no Brasil. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Cultura/noticia/2020/11/pequeno-manual-antirracista-ganha-categoria-ciencias-humanas-do-premio-jabuti-2020.html>

Destaca-se ainda a hiperssexualização das mulheres negras, que as retira de seu lugar de seres humanos. Na sociedade brasileira, as mulheres negras são vistas como exóticas, “fáceis” e naturalmente sensuais. Essa imagem se remete ao período colonial, no qual os corpos negros eram vistos como violáveis, e, até hoje, tem consequências, sendo usada para justificar abusos, tanto que, como discutido anteriormente, as mulheres negras são as principais vítimas de violência no nosso país (Ribeiro, 2019).

Retomando a discussão acerca dos processos identitários, é possível afirmar que as identidades de um sujeito estão em constante construção, não é algo finalizado, mas algo que se constitui ao longo da vida, sendo, portanto, mutável (Louro, 1998). É importante destacar ainda que existem múltiplas identidades sociais, uma vez que os indivíduos criam múltiplos vínculos com diferentes grupos sociais.

É possível compreender o gênero como parte da constituição das identidades, que são múltiplas e mutáveis, podendo, inclusive, serem contraditórias. Dessa forma, o gênero é parte constituinte da construção das identidades dos sujeitos e vai além do desempenho de papéis masculinos e femininos estabelecidos pela sociedade. Assim, as identidades de gênero, entendidas como construção, precisam ser consideradas como plurais, uma vez que as pessoas e suas representações são diversas (Louro, 1998). Isso significa dizer que as formas de estar e existir no mundo são múltiplas e diversas, não podendo ser restritas a um ou dois modos de ser.

Dessa forma, fundamentalmente, o conceito de gênero não deveria ser restrito à construção de papéis de gênero específicos que se referem a expectativas relacionadas ao modo como as mulheres e os homens deveriam se comportar e se apresentar. Essa forma de compreender o complexo conceito de gênero limita as análises acerca das múltiplas formas que a feminilidade e a masculinidade podem assumir, assim como

prejudica a compreensão das relações de poder que perpassam as interações sociais cotidianas e formam hierarquias entre os gêneros (Louro, 1998).

Ainda assim, existem normas reguladoras na sociedade que se referem aos modos que as pessoas devem ser e estar no mundo. Essas normas vêm associadas a determinadas consequências, como, por exemplo, a visão de determinadas sexualidades e identidades de gênero como patológicas e ilegítimas, sendo essa percepção geradora de violência (Madureira & Fonseca, 2020). Tendo em vista o sistema binário de gênero, a identidade de gênero das pessoas transgênero não é, normalmente, percebida como tendo a mesma legitimidade da identidade de gênero das pessoas cisgênero perante a sociedade e a patologização das identidades trans funciona como uma forma de marginalização dessas pessoas, consideradas socialmente “anormais”. Falamos aqui na transfobia, que possui uma série de implicações nesse sentido (Madureira & Fonseca, 2020).

Diante de uma noção excludente de normalidade, que pressupõe também a noção de anormalidade, é possível afirmar que a norma inclui as identidades sociais hegemônicas, como é o caso das pessoas cisgênero, enquanto exclui as identidades sociais não hegemônicas, como, por exemplo, as pessoas transgênero (Madureira & Fonseca, 2020). Dessa forma, apoiadas em uma noção de normalidade que exclui inúmeras pessoas, as práticas discriminatórias, assim como os preconceitos subjacentes, contribuem para a reprodução de desigualdades, historicamente estabelecidas, entre distintos grupos. Além disso, trazem consequências subjetivas, como, por exemplo, sofrimento psíquico para aquelas(es) que são vítimas recorrentes das práticas discriminatórias (Madureira & Branco, 2012).

Essas noções normalidade e anormalidade associadas às questões das identidades de gênero se ancoram na noção de heteronormatividade. Franco & Cicillini

(2015) definem a heteronormatividade como o “processo de efetivação e naturalização da heterossexualidade como a única forma possível e legítima de manifestação identitária e sexual” (Franco & Cicillini, 2015, p. 326). A partir desse processo, o sistema binário de gênero, que divide os indivíduos nos gêneros distintos feminino e masculino e naturaliza a atração afetivo-sexual entre sexos opostos, foi consolidado (Franco & Cicillini, 2015). Essa forma de compreender as identidades sexuais e de gênero é um sistema que cria dispositivos de opressão e fomenta violências contra aquelas(es) que não se conformam com suas expectativas, como as pessoas trans e as que se identificam como pessoas com gênero não-binário, por exemplo.

Assim, a violência contra as pessoas trans começa cedo, com a tentativa de “consertar” essa pessoa. Essa estigmatização acaba por se propagar, afetando várias dimensões da vida cotidiana, como familiar, escolar e profissional, por exemplo (Madureira & Fonseca, 2020). Para as mulheres trans, a situação de violência transfóbica é ainda pior. Isso ocorre porque as mulheres trans podem ser vistas como homens que negaram o seu gênero de “origem” e passaram a se identificar com um gênero - o gênero feminino - que é desvalorizado socialmente (Bento, 2017 citada por Madureira & Fonseca, 2020). Isso significa dizer que a transfobia direcionada às mulheres trans se fortalece pelo sexismo tão presente na nossa sociedade (Madureira & Fonseca, 2020).

Frente ao exposto, é possível perceber a forma como os preconceitos e estereótipos se relacionam com a reprodução e manutenção de práticas discriminatórias, opressoras e violentas, contra aquelas(es) que transgridem padrões normativos hegemônicos. Dessa forma, a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, em intervenções voltadas ao enfrentamento e à prevenção da violência contra as mulheres, deve levar essas questões seriamente em consideração e se depara

com o desafio de enfrentar também esses preconceitos, estereótipos e padrões normativos hegemônicos opressores. Assim, a Psicologia pode contribuir para a desconstrução desses preconceitos e estereótipos e, conseqüentemente, para o trabalho de construção de uma cultura de paz.

### **3. A Psicologia no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres**

Diante da discussão apresentada nas seções teóricas anteriores, observa-se os preconceitos e as desigualdades marcantes no nosso país, que muitas vezes acabam por resultar em violência. Tendo isso em vista, é essencial buscar formas de desenvolver intervenções no sentido de prevenir e enfrentar de modo efetivo essa violência, levando sempre em consideração a diversidade do nosso país e os grupos que acabam por serem mais vulneráveis à essa violência.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os preconceitos ocorrem em diversos níveis da sociedade. Para provocar mudanças reais referentes aos preconceitos e suas consequências, é preciso, antes de tudo, reconhecermos que tais preconceitos existem, compreender a forma como ocorrem e de que forma podem ter consequências negativas. Assim, seria possível promover mudanças com relação ao sexismo e ao racismo, por exemplo, e seria possível evitar ações discriminatórias (Perez-Nebra & Jesus, 2011).

Destaca-se ainda que os preconceitos, muito presentes, de diversas maneiras, nas relações sociais cotidianas, são um fenômeno que possui suas raízes no universo simbólico da cultura e nas relações de poder que permeiam as múltiplas esferas sociais. Ou seja, os preconceitos apresentam uma gênese cultural, não sendo, portanto, “invenções individuais” (Madureira & Branco, 2012). Os preconceitos influenciam as formas como os sujeitos experienciam suas vidas e compreendem a si mesmos e o mundo social no qual se inserem e podem, ainda, reforçar as desigualdades e as relações de poder que marcam o desenvolvimento histórico das sociedades (Madureira & Branco, 2012).

É importante enfatizar também que a educação tem um papel fundamental na formação de diversos estereótipos, incluindo os estereótipos de gênero, e como os



estereótipos são a base para os preconceitos, a educação também é fundamental para a sua desconstrução (Perez-Nebra & Jesus, 2011). Nesse sentido, chama-se atenção para a discussão de Madureira (2013), que afirma que a escola “produz e reproduz desigualdades” (Madureira, 2013, p. 57) que estão enraizadas na nossa sociedade. Desigualdades essas relacionadas a diversos marcadores sociais, como gênero, orientação sexual, etnia, entre outros. No entanto, por outro lado, a escola é um espaço capaz de romper com aquilo que está estabelecido, estimulando a consciência das pessoas sobre si e a realidade na qual se inserem (Madureira, 2013).

Ainda, a escola é vista pela autora como um espaço estratégico para a valorização da diversidade, de promoção do desenvolvimento e do aprendizado e de promoção de uma cultura de paz, assim como um espaço no qual as pessoas podem ser vistas como semelhantes, contemplando a sua diversidade (Madureira, 2013). Acredito que essas características da escola enfatizadas pela autora se aplicam à educação como um todo, que vai além da dimensão escolar e institucional e abrange, também, contextos educativos informais.

Assim, da mesma forma como a educação tem um importante papel na construção de preconceitos, é possível dizer que a educação também é fundamental na sua desconstrução e na promoção de mudanças importantes na nossa sociedade. Isso porque o conhecimento pode funcionar como um instrumento de emancipação das pessoas (Madureira, 2013). A partir dessas reflexões, e levando em conta também os processos que se relacionam, de forma mais específica, com a violência contra as mulheres, se faz necessário analisar a formação de profissionais da Psicologia, que são profissionais que atuam, em diversos âmbitos, no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Pensando na atuação dessas(es) profissionais nesse contexto, as “Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência” do Conselho Federal de Psicologia (2012) destacam que o profissional da Psicologia, diante da violência contra as mulheres, exerce diversas funções e possui um papel importante no atendimento de mulheres em situação de violência. No serviço de atenção às mulheres em situação de violência, a(o) psicóloga(o) atua na identificação da situação de violência em que essas mulheres se encontram ou na avaliação da possibilidade dessa violência, colaborando com essas mulheres no sentido de evitar ou enfrentar essa situação (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Além disso, as(os) psicólogas(os) que atuam no contexto de atenção a mulheres em situação de violência devem oferecer informações sobre os atendimentos disponíveis, com o intuito de desenvolver, com a participação das mulheres em situação de violência, um plano de enfrentamento. Deve também estimular a crítica sobre o papel estereotipado das mulheres na sociedade e de que forma fomentam a violência, além de fortalecer a subjetividade dessas mulheres para compreender e criticar a sociedade, no sentido de contribuir para o empoderamento feminino. Devem apresentar para essas mulheres formas de instigar mudança, tanto em suas vidas como na sociedade, em um sentido mais amplo, favorecendo suas condições de enfrentamento, lembrando-as de que têm o poder e a autonomia de transformar a sua própria situação (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Dessa forma, essas(es) profissionais têm o papel de promover alternativas que coloquem em xeque práticas profissionais e situações pessoais que favorecem a perpetuação da violência contra as mulheres. Devem promover também reflexões acerca das relações de poder envolvidas nos processos de construção das identidades de

gênero, produzindo conhecimentos e intervenções que contribuam para a desconstrução de desigualdades sociais e de gênero<sup>5</sup>, chamando atenção para o fato de que os homens também são prejudicados por essa cultura patriarcal perpassada por visões misóginas (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Tendo essas referências de atuação profissional em mente, é preciso que a formação acadêmica em Psicologia ofereça recursos que permitam o desenvolvimento dos saberes e das habilidades necessárias para a atuação no contexto da violência contra as mulheres. Uma das formas pelas quais isso pode ocorrer é por meio do estímulo da leitura de autoras mulheres na formação em Psicologia, por exemplo. A perspectiva de mulheres, e mulheres diversas, poderia fazer a diferença nas reflexões e discussões realizadas ao longo da formação acadêmica em Psicologia. Poderia, também, promover mudanças nas perspectivas apresentadas durante essa formação e estimular a formação de psicólogas(os) mais capacitadas(os) para o enfrentamento da violência de gênero.

Isso se justifica quando se constata o valor da diversidade cultural. Quando se leva em consideração um conjunto de diferentes características, decorrentes da diversidade em si, um ambiente de maior produtividade se constitui, especialmente no mundo contemporâneo, uma vez que é tão marcado pela sua heterogeneidade (Galinkin & Zauli, 2011). Ainda, a educação, e, em especial, a educação que abraça a diversidade,

---

<sup>5</sup> Em agosto de 2021, a Folha de São Paulo publicou uma reportagem que apontou que postos de saúde pública, assim como planos de saúde, dos estados de São Paulo e Minas Gerais exigiam consentimento do marido para a inserção de DIU (dispositivo intrauterino) em mulheres casadas. Essa prática é ilegal, uma vez que a única exigência para o uso desse tipo de contraceptivo deveria ser o consentimento da paciente. A maioria dessas UBSs exigem ainda a participação de um grupo de planejamento familiar, sendo que, por lei, o consentimento do cônjuge e o planejamento familiar só deveriam ser exigências em casos de esterilização cirúrgica, como a laqueadura e a vasectomia. Essas exigências para acessar o contraceptivo criam barreiras para o seu acesso e são responsáveis pela redução do uso do método. Essas exigências acabam por privar as mulheres de seus direitos reprodutivos e são uma forma de inibir a sua autonomia. “Postos de saúde de SP pedem autorização do marido para inserção do DIU, prática é ilegal”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/09/postos-de-saude-de-sp-pedem-autorizacao-do-marido-para-insercao-do-diu-pratica-e-ilegal.shtml>

promove a reflexão crítica, que é uma das principais ferramentas para a desconstrução dos preconceitos e das discriminações (Perez-Nebra & Jesus 2011).

Os preconceitos são um fenômeno que possui raízes nas relações de poder, que são relações de força, opressão e resistência, que ocorrem em diversos espaços sociais. É um fenômeno que influencia as experiências cotidianas subjetivas das pessoas, que, quando colocados em ação nas interações sociais, se traduzem em práticas discriminatórias (Madureira, 2013). É importante destacar também que a reprodução de preconceitos e práticas discriminatórias nas relações sociais tem a função de reforçar desigualdades sociais que já existem e acaba por legitimar relações de poder desiguais (Madureira, 2013).

Dessa forma, é possível observar que as práticas discriminatórias e os preconceitos se configuram como obstáculos para a valorização da diversidade, que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e para a construção de uma cultura de paz. Tendo isso em mente, a análise crítica das bases sociais e psicológicas dos preconceitos, por meio da educação, é indispensável para que possamos agir no sentido de desconstruir preconceitos e práticas discriminatórias (Madureira, 2013; Madureira & Branco, 2012).

Outra forma pela qual a formação acadêmica em Psicologia pode contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres é por meio da promoção de discussões acerca dos processos de construção das identidades. Quando o tema dos processos identitários, incluindo as identidades de gênero, se fazem presentes em diferentes disciplinas obrigatórias ao longo da graduação, as(os) alunas(os) possuem a oportunidade de desenvolver pensamento crítico e reflexivo com relação a estereótipos, preconceito e discriminação, que permeiam as questões identitárias. Esse pensamento crítico e reflexivo poderia contribuir para o desenvolvimento dos saberes e habilidades

necessárias para que essas(es) futuras(os) psicólogas(os) atuem em um contexto de violência contra as mulheres.

Várias autoras e autores que ampararam teoricamente o presente trabalho fazem valiosas contribuições acerca dos processos identitários e poderiam auxiliar no desenvolvimento desse pensamento crítico. Algumas dessas autoras são Kathryn Woodward, Ana Flávia do Amaral Madureira, Bader Sawaia e Guacira Lopes Louro, por exemplo.

Ainda, tendo em vista que todos os contextos educativos estão imersos na cultura na qual se inserem, é possível afirmar que as práticas que ocorrem nesses contextos trazem marcas e expressam características das práticas da sociedade na qual estão inseridos (Madureira & Fonseca, 2020). Assim, é preciso que as práticas educativas abordem o respeito e a valorização da diversidade.

Dessa forma, a educação pode ajudar a romper com a reprodução de violências e possa contribuir no enfrentamento efetivo do desafio coletivo de construção de uma cultura de paz (Madureira & Fonseca, 2020). Nesse sentido, as instituições de ensino, sejam elas do ensino infantil ou do ensino superior, deveriam promover um aprendizado para seus alunos e alunas que desenvolvesse competências e valores que estejam de acordo com uma ética democrática de respeito à diversidade (Madureira, 2013).

Como foi exposto, existem diversos indicadores de que existem profundas desigualdades sociais e práticas violentas na nossa sociedade, principalmente quando focalizamos, por exemplo, questões de gênero, sexualidade ou pertencimento étnico-racial. Para que seja possível promover mudanças concretas e trabalhar no sentido da prevenção e do enfrentamento da violência contra as mulheres, é essencial reconhecer esse contexto desigual e violento do nosso país (Madureira & Fonseca, 2020).

Nesse sentido, a educação pode ser promotora de mudanças significativas na nossa sociedade e a Psicologia possui um papel importante na prevenção da violência, que vai além de seu enfrentamento. Dessa forma, a Psicologia pode promover espaços educativos voltados ao diálogo sobre emoções e sentimentos, como a frustração, a raiva e a insegurança, por exemplo, com o intuito de desenvolver recursos e forma de comunicação mais assertivos<sup>6</sup>. Ainda, pode contribuir para o estudo das bases afetivas que sustentam os preconceitos e práticas discriminatórias e pode estimular a reflexão crítica sobre os preconceitos e práticas discriminatórias. Essas formas de atuação profissional nos diferentes campos que integram a Psicologia, além de contribuírem para a prevenção e o enfrentamento de violências, são maneiras de contribuir para a construção coletiva de uma cultura de paz.

### **3.1 Direitos humanos e a história da Psicologia no Brasil**

O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) afirma: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Estamos nos referindo aqui aos direitos humanos, aqueles que são direitos civis, comuns a todos, que são dever do Estado, que tem a obrigação de garantir os direitos da

---

<sup>6</sup> Essa forma de atuação de Psicologia se remete à uma experiência de estágio da autora da presente monografia em um hospital da rede pública do Distrito Federal. Nesse estágio, a autora participou de um grupo de apoio à acompanhantes de pacientes internados na UTI. Uma das principais demandas da equipe se referia a forma como esses acompanhantes se comunicavam com a equipe. Inseridos em um ambiente ameaçador e frente à situações complexas, os acompanhantes se sentiam estressados, assustados e frustrados e, sem saberem como se expressar, acabavam por se comunicar de forma agressiva e violenta. Diante dos sentimentos dos acompanhantes e das demandas da equipe, o serviço de Psicologia desse hospital desenvolveu atividades juntamente com esse grupo no sentido de orientá-los sobre sentimentos difíceis e suas funções, com o intuito de elaborar junto com eles estratégias de autocuidado e formas mais assertivas e efetivas de se comunicar.

pessoa humana (Bock & Gianfaldoni, 2010). Tendo isso em vista, a violência contra as mulheres representa uma violação dos direitos das mulheres como seres humanos, uma vez que as mulheres que se encontram em situações de violência têm seus direitos à vida, à liberdade e à autonomia desrespeitados.

Levando isso em consideração, quando abordamos as contribuições da Psicologia para o enfrentamento e a prevenção da violência contra as mulheres, como o presente trabalho propõe, é essencial que se aborde a forma como a formação em Psicologia, ao longo de sua construção no Brasil, foi se aproximando do campo dos direitos humanos. Para isso, é importante destacar as contribuições de Ana Maria Jacó-Vilela (2012), que discorre sobre a construção histórica da Psicologia no Brasil desde o período colonial até a contemporaneidade, refletindo sobre a forma como a Psicologia foi ensinada ao longo dos anos.

Jacó-Vilela (2012) argumenta que uma face do que viria a ser Psicologia como ciência no Brasil teve início no século XVI, com a colonização dos portugueses do que hoje é o Brasil e a catequese dos povos indígenas e a criação dos colégios para os chamados “curumins”. Nesses colégios, além da catequese, eram ensinados os conhecimentos da época sobre o homem, desenvolvendo-se então uma espécie de psicologia infantil baseada na filosofia e na teologia (Jacó-Vilela, 2012).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, começaram a ocorrer mudanças no modo de vida dos brasileiros, com o esforço do Império para criar uma identidade e uma memória nacionais. As práticas “civilizatórias” dos portugueses acabam por colocar a ciência em um novo patamar, que, aos poucos, foi ocupando o lugar da cosmologia e da filosofia religiosa (Jacó-Vilela, 2012). Nesse contexto favorável, conhecimentos psicológicos importados dos Estados Unidos e da Europa começam a aparecer nos estudos de medicina realizados no Brasil (Jacó-Vilela, 2012).

Com a chegada do século XX, foram realizadas transformações na educação, em uma tentativa de aproximar os brasileiros dos costumes europeus, e a Psicologia continuou a se expandir. Houve a popularização dos testes psicológicos e a publicação de manuais voltados para o ensino de Psicologia (Jacó-Vilela, 2012). No decorrer do século XX, a educação escolar ganha força e a Psicologia, por ser considerada como uma das bases da educação, na época, passa a ocupar um espaço diferenciado, com obras sendo publicadas por editoras brasileiras e passando a aparecer em outros cursos da saúde (Jacó-Vilela, 2012).

Ainda no século XX, com o desenvolvimento da industrialização no Brasil, surgem especializações em Psicologia, novos periódicos e associações nesse campo do saber, que culminaram na abertura da primeira faculdade de Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1953, e no posterior reconhecimento da profissão, em 1962. Desde então, houve um significativo crescimento nas publicações na área da Psicologia no Brasil e um aumento no número de cursos de graduação na área, que contribuíram para um maior interesse na Psicologia (Jacó-Vilela, 2012).

A autora afirma que, a partir desse crescimento da Psicologia no país, começou “um processo de reflexão sobre a necessidade de maior conhecimento da realidade brasileira e, em consequência, de produções e de ensino de Psicologia baseados nessa realidade” (Jacó-Vilela, 2012, p. 40). Acreditava, ainda, que, em 2012, época na qual seu artigo foi publicado, o momento do campo ainda era esse (Jacó-Vilela, 2012). É importante destacar que se passaram quase dez anos desde a época de publicação do artigo em questão e que essa década foi marcada por muitas mudanças no país. Tomando como base as reflexões da autora e considerando a transformação contínua do campo da Psicologia ao longo da história brasileira, é possível perceber o modo como



esse desenvolvimento acompanhou os eventos e as mudanças que ocorreram na nossa sociedade.

Levando em consideração que a Psicologia, e, conseqüentemente, a formação em Psicologia, no Brasil se encontra em um processo reflexivo acerca da realidade da sociedade brasileira, que é marcada por profundas desigualdades e injustiças (Jacó-Vilela, 2012), e que o tema dos direitos humanos é recente no imaginário brasileiro (Bock & Gianfaldoni, 2010), é possível concluir que a aproximação da Psicologia com o campo dos direitos humanos é recente na história do nosso país.

As mobilizações sociais a favor dos direitos humanos no país foram impedidas pela ditadura militar que teve início no Brasil em 1964, momento que marcou uma época de inúmeras violações de direitos – econômicos, sociais e políticos – sem precedentes. Foi a chegada da Constituição Federal de 1988 que afirmou direitos que foram negados durante essa época tão difícil da história recente do nosso país (Bock & Gianfaldoni, 2010). É nesse cenário, da pós-ditadura, que os temas relacionados com direitos sociais e direitos humanos se tornam relevantes e passam a fazer parte da educação no país (Bock & Gianfaldoni, 2010).

Uma educação que incorpore temas que façam interface com o campo dos direitos humanos necessita do desenvolvimento de análises críticas sobre a reprodução e justificativa de atitudes que naturalizam relações humanas discriminatórias, violentas e excludentes (Maués & Weyl, 2007, citados por Bock & Gianfaldoni, 2010). Dessa forma, é essencial que o currículo de formação em Psicologia seja desenvolvido tendo como base uma ética de respeito e valorização dos direitos humanos, uma vez que a Psicologia, como ciência e campo de atuação profissional, tem como objeto de estudo e trabalho os sujeitos, que devem ser considerados como sujeitos de direito (Bock & Gianfaldoni, 2010).

Ainda, a Psicologia, enquanto ciência, deve estar aberta a questionamentos com relação a suas práticas e discursos, uma vez que a ciência não corresponde a um saber orientado por dogmas, sem perder de vista que a Psicologia busca produzir conhecimentos que se ajustam à realidade na qual se insere (Lionço, 2017). É importante destacar também que a Psicologia deve enfrentar o desafio ético de proteger e respeitar as diferenças entre indivíduos e grupos sociais, mesmo que essas diferenças, tanto subjetivas quanto sociais, não correspondam às moralidades hegemônicas da sociedade (Lionço, 2017). Isso significa dizer que a Psicologia – e, conseqüentemente, a formação em Psicologia – tem um compromisso com os direitos humanos e deve colocar suas práticas e discursos sob análise crítica para que possa enfrentar padrões normativos opressivos e para que possa percorrer um caminho democrático (Lionço, 2017).

Um marco importante que firma esse compromisso ético da Psicologia com os direitos humanos é a criação do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que tem uma proposta alinhada com um Estado democrático e de respeito aos direitos humanos (Lionço, 2017; Conselho Federal de Psicologia, 2005). O Código de Ética Profissional do Psicólogo foi um documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (2005) que teve como intuito estabelecer diretrizes para a atuação na área de Psicologia. Esse documento estabelece que a atuação do psicólogo deve ser pautada no respeito e deve promover a igualdade, a dignidade e a integridade humana, se embasando nos direitos humanos (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Tendo isso em vista, a formação em Psicologia deve acompanhar essas propostas e afirmar esse mesmo compromisso com os direitos humanos.

Conclui-se, portanto, que para que a formação em Psicologia possa contribuir ativamente para o enfrentamento e para a prevenção da violência contra as mulheres no

nosso país, contribuindo então para o respeito aos direitos das mulheres e para a construção de uma cultura de paz, é imprescindível que ela esteja atenta à realidade brasileira e promova a interface com temas do campo dos direitos humanos. É preciso, ainda, que isso seja feito de forma ética e respeitando sempre os direitos das pessoas. Dessa forma, é preciso colocar a formação de Psicologia em análise e investigar de que forma tal formação tem feito contribuições nesse sentido.

#### 4. Metodologia

A pesquisa realizada envolveu a utilização de uma metodologia qualitativa de investigação. A pesquisa qualitativa procura estudar o universo de significados que se faz presente nas relações dos indivíduos com a realidade social na qual se inserem. Assim, a pesquisa qualitativa se ocupa de aspectos que não são, ou não deveriam ser, quantificáveis (Minayo, 2016a). Ainda, a metodologia qualitativa possibilita que sejam analisados pela(o) pesquisadora(o) contextos permeados de significados, crenças, valores e atitudes que vão além do que é explicitamente expresso e manifestado pelos indivíduos. São feitos, assim, recortes, que permitem a compreensão, de forma mais aprofundada, da complexidade da realidade social na qual vivemos (Madureira & Branco, 2001; Minayo, 2016a).

Nesse sentido, cabe mencionar a Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (2005), cujos pressupostos epistemológicos influenciaram o planejamento da pesquisa que foi realizada. A Epistemologia Qualitativa é uma proposta epistemológica que surgiu com o objetivo de amparar as necessidades da pesquisa qualitativa em Psicologia e que define alguns pressupostos para a produção de conhecimentos (González Rey, 2005).

O primeiro pressuposto da Epistemologia Qualitativa enfatiza o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, ou seja, o conhecimento é interpretativo, ou seja, é resultado de um trabalho interpretativo e, portanto, deve ser compreendido como uma produção humana e não como algo pronto para ser apropriado da nossa realidade. O segundo pressuposto, por sua vez, afirma que a singularidade corresponde a um nível legítimo na produção de conhecimentos, sendo que a singularidade corresponde a uma realidade diferenciada, construída na história subjetiva de cada indivíduo. Já o terceiro

pressuposto afirma que a produção de conhecimento corresponde a um processo dialógico e interativo, uma vez que os indivíduos se comunicam nos múltiplos espaços sociais nos quais transita (González Rey, 2005).

Dessa forma, a Epistemologia Qualitativa procura compreender a realidade, levando em consideração sua complexidade, bem como entende a cultura como fundamental para o desenvolvimento humano (Madureira & Branco, 2001). Tendo isso em vista e levando em consideração que a metodologia qualitativa, por meio da consideração do universo de significados que permeiam as relações, possibilita a construção de uma rede interpretativa aprofundada acerca dos significados atribuídos pelas participantes ao que se estuda (Minayo, 2016a), a metodologia qualitativa foi, portanto, a mais adequada para que os objetivos da presente pesquisa fossem atingidos.

#### **4.1 Participantes**

Os critérios para a seleção das participantes da pesquisa foram os seguintes: estudantes de Psicologia a partir do 7º semestre da graduação, que tivessem, de preferência, experiência em estágios ou projetos de extensão voltados à assistência de mulheres em situação de violência. A partir desses critérios, foram selecionadas seis participantes. Esses foram os únicos critérios para a seleção das participantes, que foram selecionadas por meio das redes interpessoais da pesquisadora. No entanto, coincidentemente, todas as participantes se identificam com o gênero feminino.

Na Tabela 1, a seguir, são apresentados os dados sociodemográficos das participantes. Os nomes utilizados são fictícios, com o intuito de manter o sigilo em relação às identidades pessoais das participantes. É importante destacar, também, que todas as participantes são estudantes de uma mesma instituição de ensino superior do

Distrito Federal e todas possuem experiência em estágios ou projetos de extensão na assistência de mulheres em situação de violência.

Tabela 1

*Dados sociodemográficos das participantes.*

<b>Nome (fictício)</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Pertencimento étnico-racial</b>	<b>Religião</b>	<b>Semestre da graduação</b>
Carol	23	Feminino	Negra	Não possui	8°
Valéria	24	Feminino	Branca	Não possui	10°
Ísis	23	Feminino	Branca	Católica	10°
Cecília	23	Feminino	Branca	Católica	10°
Flávia	26	Feminino	Branca	Católica não praticante	10°
Luciana	23	Feminino	Branca	Católica não praticante	8°

#### **4.2 Materiais e Instrumentos**

Os materiais utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram os seguintes: computador, com câmera e microfone, para realização de entrevistas com as participantes por meio da plataforma Google Meet, a qual foi utilizada também para a apresentação de imagens para as participantes, e para a visualização do roteiro de entrevista por parte da pesquisadora; celular da pesquisadora na função de gravador, para a gravação da entrevista mediante o consentimento das participantes; e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo A), que foi disponibilizado digitalmente para as participantes um pouco antes da realização de cada entrevista.

Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram compostos por um roteiro de entrevista semiestruturada e um conjunto de imagens previamente selecionadas, relacionadas ao tema da pesquisa (Anexo B).

#### **4.3 Procedimentos de construção de informações**

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB) por meio da Plataforma Brasil. Após a aprovação do projeto e da emissão de parecer favorável pelo CEP UniCEUB (Anexo C), a pesquisadora entrou em contato com as participantes para o estabelecimento de data e horário para a realização das entrevistas individuais semiestruturadas virtuais.

Cabe mencionar que devido à séria crise sanitária que estamos vivenciando na atualidade advinda da pandemia da COVID-19, que resultou na preocupação com a segurança e a saúde das participantes e da pesquisadora, a pesquisa foi realizada integralmente de forma virtual. As seis participantes foram selecionadas a partir de redes interpessoais da pesquisadora.

Previamente à realização das entrevistas virtuais, que ocorreram através do Google Meet, o TCLE foi enviado de forma digital às participantes, juntamente com o link de acesso à sala virtual na qual as entrevistas foram realizadas. As participantes expressaram seu consentimento verbalmente, antes do início das entrevistas. A pesquisadora esclareceu a cada participante que seria assegurado o sigilo com relação à identidade pessoal de cada uma delas.

Foram, então, realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas virtuais, de modo integrado com a apresentação de imagens pré-selecionadas. As entrevistas foram

gravadas, também com o consentimento das participantes. Todos os procedimentos foram custeados pela pesquisadora.

A entrevista no contexto das pesquisas qualitativas corresponde a uma conversa com uma finalidade específica, que tem como objetivo a construção de informações relevantes sobre o tema investigado, considerando os objetivos delimitados na pesquisa (Minayo, 2016b). A pesquisa realizada se utilizou da entrevista na modalidade semiestruturada. A entrevista semiestruturada conta tanto com perguntas abertas quanto com perguntas fechadas e permite que aquelas(es) que estão sendo entrevistadas(os) possam falar sobre o tema investigado sem que sejam limitadas(os) pelas perguntas formuladas previamente (Minayo, 2016b).

Essa forma de entrevista possibilitou que questões relevantes, considerando o que estava sendo investigado pudessem ser aprofundadas, mesmo que fossem além das perguntas que foram elaboradas. Apesar do uso de um roteiro flexível para a realização das entrevistas semiestruturadas, como mencionado anteriormente, a utilização do roteiro facilitou na identificação de pontos de convergências e divergências nos discursos das participantes no trabalho posterior de análise e interpretação realizado pela pesquisadora.

Com o intuito de explorar o universo de significados das participantes em relação à temática investigada, optou-se por utilizar imagens como ferramentas metodológicas (Madureira, 2016). Ao utilizarmos imagens no contexto de pesquisas qualitativas, é possível abordar aspectos implícitos e indiretos que se relacionam com as temáticas que estão sendo investigadas e que podem, por diversos motivos, ser mais difíceis de serem discutidos, como, por exemplo, temas que podem ser socialmente considerados delicados e polêmicos. Isso significa dizer que a utilização de imagens como ferramentas metodológicas pode ser um recurso fértil para compreendermos, de



forma mais aprofundada, os significados que permeiam o tema investigado, especialmente, como mencionado anteriormente, no caso de temas delicados e polêmicos (Madureira, 2016).

Em uma pesquisa como a realizada, que teve como proposta investigar as contribuições que a formação em Psicologia pode trazer para uma melhor assistência e acolhimento em relação às mulheres em situações de violência, bem como para a prevenção desse tipo de violência, a partir da perspectiva de estudantes do curso de Psicologia, a utilização de imagens como ferramentas metodológicas pode trazer contribuições relevantes. Poderia contribuir, por exemplo, na abordagem de temas como estereótipos de gênero, expectativas em relação à feminilidade e à masculinidade difundidas socialmente e a objetificação feminina. Temas esses fundamentais no contexto da pesquisa que foi realizada.

#### **4.4 Procedimentos de análise**

O método de análise que foi utilizado na pesquisa correspondeu à análise de conteúdo em sua vertente temática. Após a realização das entrevistas individuais semiestruturadas, as gravações, que foram realizadas mediante o consentimento das participantes, foram transcritas de forma literal pela pesquisadora. As transcrições foram, posteriormente, utilizadas para que fosse feita a análise e a interpretação das entrevistas realizadas. Isso significa que, de forma simultânea às transcrições das entrevistas, foram criadas categorias analíticas temáticas, que nortearam a análise e a interpretação das informações construídas no decorrer das entrevistas com as participantes.

A análise de conteúdo permite que seja revelado o que está além do que é explícito, aquilo que se apresenta de modo subjacente ao que as(os) participantes dizem (Gomes, 2016). De forma mais específica, a análise de conteúdo em sua vertente temática envolve a identificação de unidades de significação que aparecem no discurso (Gomes, 2016).

Dessa forma, por meio das categorias analíticas temáticas criadas a partir de temas relevantes que emergiram nas entrevistas, levando sempre em consideração os objetivos estabelecidos para a pesquisa, bem como a base teórica adotada, foi possível identificar trechos relevantes para cada categoria. Além disso, foi possível identificar pontos convergentes e pontos divergentes nos discursos das participantes da pesquisa, o que foi facilitado pela escolha da modalidade de entrevista semiestruturada e da utilização de um roteiro flexível. Especificamente, as categorias analíticas temáticas construídas foram:

- A Psicologia na prevenção da violência contra as mulheres.
- A Psicologia no atendimento e assistência de mulheres em situação de violência.
- A formação em Psicologia e a violência contra as mulheres: sugestões das participantes.

## 5. Resultados e Discussão

Na presente seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos da pesquisa realizada, considerando as três categorias analíticas temáticas mencionadas anteriormente. Ressalta-se que os nomes apresentados são fictícios.

### 5.1 A Psicologia e a prevenção da violência contra as mulheres

*“Ser mulher... Ser mulher é difícil, primeiramente. É... eu acho que ser mulher é enfrentar uma série de desafios desde criança, é... enfrentar preconceitos, é ter que ser forte todos os dias, é lutar pelos seus direitos, enfrentar medos, enfrentar objeções, enfim.”*

Essa é a resposta da participante Cecília quando questionada sobre o que é ser mulher para ela. Essa foi uma perspectiva também compartilhada por outras participantes, como, por exemplo, Carol, que afirmou: *“Nossa, para mim, ser mulher é muita coisa. Ser mulher, pra mim, é ser batalhadora, é ser guerreira. [...] É... é uma coisa, assim, que é muito penosa, principalmente no contexto brasileiro atual. É uma tarefa muito difícil, árdua.”*

Frente à essa afirmação de Carol, é importante destacar que, atualmente, grupos políticos ultraconservadores no Brasil, e em outros países também, têm defendido a manutenção de papéis tradicionais de gênero, justificados em uma perspectiva ancorada no essencialismo biológico. Se apoiam em questões da “natureza” com o intuito de impedir mudanças políticas ou culturais e de tentar fazer com que as pessoas se contentem com seus (supostos) destinos biológicos como homens e mulheres, como se fosse algo estabelecido pelas “leis da natureza” (Madureira, 2018). Essa perspectiva

essencialista em termos biológicos busca “engessar” as pessoas em papéis de gênero estabelecidos socialmente, o que pode desencadear sofrimento naquelas(es) que não correspondem a essas expectativas sociais.

As perspectivas essencialistas são aquelas que consideram que existem um conjunto de características bem delimitadas e autênticas – uma essência – que se aplicam e são partilhadas por todas(os) aquelas(es) que se identificam com determinada identidade (Woodward, 2000). Dessa forma, o essencialismo biológico seria a noção de que existem características inerentemente femininas ou masculinas que se aplicam a todas as mulheres e todos os homens. Considerando a perspectiva de Louro (1998) de que o gênero é algo mutável que se constrói ao longo da vida dos indivíduos, as identidades de gênero não podem ser reduzidas a um essencialismo biológico.

A pergunta “o que é ser mulher para você?” foi uma pergunta que gerou muita dificuldade nas participantes, que necessitaram de vários momentos de reflexão antes de responder a pergunta. Ainda assim, o consenso foi de que não há uma única forma ou definição do que é ser mulher, como foi expresso por Flávia: *“Se você for pensar nessas coisas de... de características femininas, nem toda mulher se enquadra naquilo, né? Então, mas o que é ser mulher especificamente eu não consigo, assim... definir.”*

É possível que essa dificuldade esteja relacionada exatamente com a dificuldade de definir em palavras a realidade complexa e multifacetada que é ser mulher. Uma vez que as identidades de gênero são parte constituinte das identidades das pessoas e são entendidas como uma construção, elas precisam ser consideradas como plurais, porque os vínculos feitos pelos indivíduos com diversos grupos sociais são plurais (Louro, 1998). Isso significa dizer que o gênero vai além do desempenho do que a sociedade estabeleceu como sendo papéis femininos ou masculinos (Louro, 1998).

É possível afirmar, portanto, que as identidades de gênero, que são um exemplo das identidades sociais, são construções históricas e culturais e não correspondem a uma “essência” que pode ser encontrada no interior dos indivíduos (Madureira, 2018; Louro, 1998). Ser mulher ou ser homem não pode, então, ser reduzido a um “fato natural”, uma vez que o pertencimento a um gênero está marcado por relações de poder, opressão e resistência (Madureira, 2018). Isso significa dizer que as feminilidades e masculinidades possuem uma gênese cultural, ou seja, contam com significados culturais que influenciam as relações sociais entre gêneros.

Apesar de as identidades de gênero serem construídas, todas as participantes acreditam que existem expectativas sociais que recaem sobre as pessoas e que essas expectativas são diferentes para as mulheres e para os homens. Sobre essas expectativas sociais diferentes para homens e mulheres, Cecília afirma:

*“Ao homem, é cobrado essa questão de ser viril, de ser macho, de ah, homem não pode chorar, homem tem que ter uma postura diferente, homem não pode ser mais feminino, porque senão ele sofre preconceitos. É, ele... é... pela sociedade mais tradicional, o homem é visto como o líder da casa, o líder da família, o homem não pode demonstrar fraqueza, ele tem que ser forte. É uma série de coisas que são impostas pra ele que são diferentes do que pra mulher. Mulher já é cobrado ao contrário, assim, no sentido de que a mulher tem que ser feminina, a mulher tem que cuidar da casa.”*

Quando mencionamos as expectativas sociais estamos nos referindo aos estereótipos, que, como foi discutido no presente trabalho, são categorizações feitas sobre pessoas, nas quais são atribuídas características a elas, generalizando-as de forma

imprecisa e apressada. Os estereótipos não são necessariamente negativos, mas servem de base para o preconceito (Perez-Nebra & Jesus, 2011). Já as práticas discriminatórias são os preconceitos que são colocados em ação (Madureira & Branco, 2012).

Nesse caso, especificamente, estamos nos referindo aos estereótipos de gênero, ou seja, um conjunto de crenças ligadas às expectativas sociais de características estabelecidas como femininas ou masculinas que acabam por “engessar” mulheres e homens em modos de existir no mundo específicos para cada gênero (Travassos, 2015). Dessa forma, os estereótipos de gênero são a base para o preconceito contra aquelas(es) que transgridem as rígidas fronteiras que separam a masculinidade e a feminilidade. Fronteiras rígidas, barreiras culturais, que servem para a manutenção das desigualdades existentes nas relações de gênero (Madureira & Fonseca, 2020).

De forma mais precisa, estamos nos referindo aqui ao sexismo, que é definido como uma separação rígida entre os gêneros, de forma que um é priorizado em detrimento de outro (Madureira, 2018). Dessa forma, como o sexismo representa a rígida separação existente entre os gêneros, que funciona como uma forma de manutenção de desigualdades historicamente estabelecidas entre homens e mulheres, ele pode ser compreendido enquanto um fenômeno de fronteira

É possível observar a priorização de um gênero em detrimento de outro na fala de Flávia, que, ao abordar as diferentes expectativas sociais em relação às mulheres e aos homens, afirmou que:

*“Eu sinto que a gente, como mulher, é muito mais cobrada, tanto pelo lado afetivo, amoroso, profissional. Então, se eu sou super tô super bem na minha vida profissional, mesmo assim eu vou ser cobrada na minha vida afetiva, porque eu preciso me relacionar, eu preciso casar, eu preciso ter filho, então*

*nunca é o bastante, enquanto que, pro homem, se ele for super bem-sucedido na vida profissional dele, tá tudo bem, ele nunca é questionado sobre esse outro lado da vida dele. E também vice-versa. [...] Então eu acho que sim, tem expectativas e cobranças, demandas, muito maiores relacionadas à mulher, porque a gente é constantemente ensinada e construída pra estar nos moldes de ser bem vista por um homem e nunca pra gente.”*

Nessa fala de Flávia, a participante se refere às diferentes expectativas atribuídas socialmente para mulheres e para homens e afirma que mulheres são ensinadas a tentar se encaixar nessas expectativas para o benefício de outras pessoas e, algumas vezes, em detrimento delas mesmas. Essa forma de ensinar meninas e mulheres a se encaixarem em certos “moldes” começa desde cedo e causa sofrimento quando elas não conseguem se adequar. No entanto, é importante destacar que os homens também estão sujeitos a expectativas sociais limitadoras que tentam estabelecer a forma como são e existem no mundo, o que também causa sofrimento, além de fomentar violências. Como discute Welzer-Lang (2001), na masculinidade encontramos submissão ao modelo social de homem ao mesmo tempo que encontramos a obtenção de privilégios decorrentes desse modelo.

Um exemplo significativo disso se faz presente na expectativa de que, para que homens sejam considerados “verdadeiros” homens, eles devem se afastar de tudo que os associem às mulheres e devem se distinguir das mulheres, dos não-homens, daqueles considerados inferiores (Welzer-Lang, 2001). Os homens são, desde meninos, socializados dessa forma, o que é algo constitutivo da masculinidade hegemônica. Dessa modo, a socialização dos homens está permeada por noções sexistas e homofóbicas, sendo a homofobia a discriminação daqueles que apresentam

características atribuídas a outros gêneros, vistos nas relações assimétricas entre gêneros como inferiores (Welzer-Lang, 2001). Assim, apesar dos privilégios associados à masculinidade, os homens também sofrem pressões sociais para se conformar com certas expectativas, independente do sofrimento que isso possa causa-los.

Quando questionadas sobre o que achavam das expectativas sociais diferentes para mulheres e homens, as participantes Carol, Ísis, Cecília, Flavia e Luciana afirmaram considera-las limitantes, opressivas e geradoras de sofrimento. Enquanto isso, Valéria afirmou que considera que existem expectativas, como, por exemplo, a expectativa de que as mulheres sejam sempre fiéis aos seus parceiros, que nem sempre contam com a mesma cobrança, deveriam deixar de ser fomentadas. Sobre o assunto em questão, a participante Flávia disse:

*“Eu acho super desgastante isso, porque, enquanto [os homens] dão o mínimo possível que eles podem, parece que [as mulheres] tem que se esforçar duas vezes mais, três vezes mais pra conseguir ser vista, pelo menos, num sentido de igualdade. E é extremamente difícil e desgastante. E muito difícil de chegar ali, porque quando você chega você também é questionada.”*

Essa fala de Flávia nos remete à dominação masculina individual e coletiva sobre as mulheres. Welzer-Lang (2001) afirma que os homens exercem uma dominação, que pode ocorrer tanto na esfera privada quanto na esfera pública, que atribui uma série de privilégios aos homens. Esses privilégios podem ser simbólicos, culturais e materiais. Essa dominação masculina provoca uma assimetria nas relações de gênero, uma vez que atribui ao masculino funções nobres e ao feminino funções de pouco valor (Welzer-Lang, 2001).



Nesse sentido, ressalta-se também a atribuição social de valores positivos à masculinidade, como, por exemplo, prestígio e autonomia (Bourdieu, 2005). Essa divisão é regulada por meio de violências, que preservam as relações de poder existentes que consolidam a dominação dos homens sobre as mulheres (Welzer-Lang, 2001). Dessa forma, é possível afirmar que a violência contra as mulheres funciona como dispositivo de poder masculino, que tem a função de controlar as mulheres e mantê-las dentro dos regimes tradicionais de gênero (Almeida, 2014).

Como exemplo, podemos mencionar a fala da participante Cecília, que discorre sobre as implicações das expectativas sociais que recaem sobre mulheres e homens:

*“A violência, eu acho que é uma [das implicações]. A violência contra a mulher, por exemplo. Eu acho que é uma coisa que vem lá dos primórdios e eu acho que é uma ramificação dessa diferença tão marcada, desse sexismo, desse machismo. É uma ramificação bem grave.”*

É diante da opressão e do sofrimento decorrentes da reprodução cotidiana dos estereótipos de gênero que tentam aprisionar as mulheres, assim como a violência que surge disso, que a Psicologia deve atuar. Assim, uma das formas significativas em que a Psicologia pode atuar é desenvolvendo ações na direção da prevenção da violência contra as mulheres.

Levando isso em consideração, as participantes foram questionadas sobre a forma como a graduação em Psicologia, até o momento da pesquisa, contribuiu para a prevenção da violência contra as mulheres. Valéria, Ísis e Cecília não acreditam que a sua formação em Psicologia, até o momento da realização das entrevistas, apresentou contribuições significativas no sentido da prevenção desse tipo de violência, uma vez

que sua formação teve maior foco no momento posterior à violências que já aconteceram. Sobre isso, e pensando também em suas experiências em estágios na assistência de mulheres em situação de violência, Valéria afirma que:

*“Na minha esfera [risos], assim, pouca. Pouca prevenção. Tipo assim, eu já tô... eu atendo homens que já estão sentenciados. É porque, assim, em termos de experiência, eu já pego a coisa quando ela já andou e já aconteceu tudo, entendeu? [...] Mas eu acho que... tipo, de maneira preventiva, com certeza que a gente evita que coisas piores aconteçam, tipo quando elas chegam até a gente. [...] Mas, assim, acho que, nos movimentos sociais que a Psicologia se insere, eles são bem importantes pra prevenção.”*

Tendo em vista as afirmações da participante Valéria, é importante destacar que a Psicologia tem a oportunidade de dialogar com movimentos sociais e provocar mudanças. Inclusive, diversas discussões sobre a diversidade que ocorrem na atualidade são possíveis por causa de avanços feitos por movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento LGBTQIA+. Dessa forma, quanto mais aberta ao diálogo com movimentos sociais a Psicologia estiver, melhor poderá contribuir para avanços sociais. O diálogo com esses temas é de especial importância no desenvolvimento de trabalhos que se relacionam com as diversidades.

Ísis, que também possui experiência na assistência de mulheres em situação de violência por meio de projetos de extensão, concorda com o posicionamento de Valéria, por considerar que a sua formação em Psicologia até o momento teve um foco mais voltado para os momentos posteriores à ocorrência de violências. Carol e Cecília, no entanto, enfatizaram que a sua formação em Psicologia contribuiu para a percepção de

sinais que poderiam indicar violências. Isso contribui para uma atuação em uma dimensão preventiva da violência contra as mulheres e deve ser um tema discutido nas diversas áreas de atuação da Psicologia, uma vez que a violência pode ocorrer em diversos contextos sociais.

Luciana, por sua vez, acredita que sua formação em Psicologia promoveu autonomia para que, aqueles que tivessem interesse no assunto, pudessem buscar esse conhecimento. Já Flávia, sobre o assunto, relata: *“Eu acho que criando meios de debate. Porque... é muito maior essa questão de prevenção. Tipo, cara, prevenir que um tipo de violência aconteça pra mim é só criando espaços de fala, criando espaços de debate, criando... propagação de informação.”*

Tendo em vista as perspectivas das participantes, estudantes do curso de Psicologia, e levando em consideração que a formação em Psicologia é capaz de contribuir para a dimensão preventiva da violência contra as mulheres, chamo atenção para alguns pontos. Acredito que seja importante que a formação em Psicologia, com o intuito de apresentar contribuições efetivas nesse sentido, promova investigações sobre a forma que os estereótipos de gênero são perpetuados nas práticas culturais cotidianas da nossa sociedade, uma vez que, como discutido no presente trabalho, estereótipos de gênero acabam por fomentar a violência contra as mulheres.

Isso se deve ao fato de que a luta contra a violência de gênero não pode ser separada de transformações das bases afetivas constitutivas nas relações de gênero que são consideradas “normais” pela sociedade (Segato, 2003, citada por Madureira, 2018). Ainda, os estudos interdisciplinares de gênero podem contribuir para a superação de desigualdades históricas entre os gêneros, contribuir para a compreensão de fenômenos e para o desenvolvimento de análises críticas com relação ao essencialismo biológico

que se faz presente nas relações de gênero da vida cotidiana (Louro, 1998; Madureira, 2018).

Os estudos acerca dos estereótipos de gênero, bem como acerca dos significados culturais associados à feminilidade e à masculinidade na formação em Psicologia poderiam contribuir no sentido de promover reflexões críticas sobre desigualdades e as relações de poder presentes nas relações de gênero. Sobre as relações de poder entre gêneros, Welzer-Lang (2001) afirma: “A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 461). Refletindo criticamente sobre essas desigualdades e opressões, é possível concluir que essas são sustentadas por um complexo sistema de poder que permeia a sociedade, do qual fazem parte todos os integrantes da sociedade, não apenas homens, que perpetuam e reproduzem atitudes sexistas (Madureira, 2018).

A promoção de estudos e investigações nesse sentido podem contribuir para o desenvolvimento de intervenções psicológicas preventivas no que diz respeito à violência contra as mulheres. A partir disso, a Psicologia pode intervir em diversos campos de atuação nos quais está inserida, como o campo escolar, jurídico, social, entre outros, e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, bem como contribuir com a construção de uma cultura de paz.

## **5.2 A Psicologia e o atendimento e assistência de mulheres em situação de violência**

Quando questionada sobre o que é violência para ela, a participante Luciana afirmou: “*Violência é justamente violar o outro, ultrapassar um limite de... de*

*segurança do outro, sabe? Seja fisicamente, verbalmente... quando a gente ultrapassa o outro é uma violência*". Essa perspectiva da violência enquanto violação do limite alheio é uma perspectiva compartilhada por outras participantes. Flávia, por exemplo, diz: *"Eu acho que [violência] é quando você ultrapassa o limite do direito da outra pessoa"*.

A violência, como foi expresso pelas participantes, é o não reconhecimento da humanidade do outro, transformando-o em coisas e desrespeitando seus limites (Madureira & Fonseca, 2020). Tendo isso em vista, é importante que a agressividade, como base da violência, seja reconhecida como uma característica humana e que sejam estabelecidos limites, tanto na relação com o outro, quanto na relação consigo mesmo, para que essa agressividade não se traduza em violência (Madureira & Fonseca, 2020). Ainda, a violência é uma forma de violação dos direitos humanos, que se referem ao direito à vida, liberdade, autonomia e dignidade (Bock & Gianfaldoni, 2010).

Tendo isso em vista, a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, tem a oportunidade de contribuir para o enfrentamento e prevenção de violências, uma vez que possui um compromisso ético com os direitos humanos e tem o desafio de trabalhar no sentido da desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias que fundamentam a opressão e a violência (Lionço, 2017). Além disso, a atuação profissional em Psicologia deve ser pautada no respeito e na promoção da igualdade, dignidade e integridade humana (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir de diversas formas, como, por exemplo, auxiliando no atendimento e assistência de vítimas de violência e desenvolvendo intervenções no sentido da prevenção de violências.

Ao nos voltarmos à violência contra as mulheres, de maneira mais específica, nos referimos a uma violência de gênero, que ocorre quando se agride alguém que não é

visto com o mesmo valor daquele que agride (Almeida, 2014). Como mencionado anteriormente, é possível considerar, portanto, a violência como o não reconhecimento da humanidade do outro (Madureira & Fonseca, 2020). Assim, a violência contra as mulheres consiste na remoção das mulheres de seu lugar de pessoas e na sua transformação em “objetos” e, portanto, podendo ser tratados como tal.

Essa transformação das mulheres em objetos é o fenômeno da objetificação feminina, que foi um tema presente no discurso das participantes no momento de apresentação da terceira imagem selecionada previamente durante a realização das entrevistas (Anexo B). Essa imagem é uma propaganda de cerveja que possui duas partes. Na primeira parte, mostra um homem correndo atrás de uma bola de futebol em uma praia com os dizeres “Se o cara que inventou a Skol tivesse inventado a pelada, ela não seria assim”. A parte seguinte mostra esse mesmo homem correndo na praia, mas, no lugar da bola, aparece uma mulher nua correndo para longe dele, com os dizeres “Seria assim”.

Quando questionada sobre o que via na imagem, a participante Flávia disse: *“Ah, [eu vejo] a objetificação da mulher, né? Da mulher sendo como um prêmio, sempre, como um objeto”*. Essa perspectiva é compartilhada tanto por Cecília, que achou a imagem apelativa e viu a objetificação da mulher, quanto por Ísis, que afirmou: *“[Senti] incômodo, né, ali... dessa sexualização, dessa exposição do corpo da mulher como mercadoria”*. Flávia afirmou ainda:

*“Isso aqui não tem nossa visão, não tem a visão da gente como mulher. Tem uma visão do homem vendo a mulher, né? [...] Traz toda essa visão da mulher pejorativa, da mulher também sendo uma coisa que ele pode usar”*.

Essas perspectivas nos remetem às produções artísticas ao longo da história da arte ocidental, que, a partir do Renascimento, passaram a retratar o corpo feminino nu sob o olhar masculino, como forma de agradá-los, o que ilustra a construção histórica dos estereótipos de gênero (Berger, 1980; Loponte, 2002). Essa forma de representação do corpo feminino, como ocorre na imagem apresentada, reforçou a representação das mulheres como passivas e submissas e transformou o corpo feminino em um objeto visual que tem como objetivo a contemplação masculina (Loponte, 2002).

Então, podemos perceber na imagem apresentada às participantes, que é um exemplo de uma propaganda contemporânea, a forma como se dão as relações de gênero na nossa sociedade. Isso é possível porque, como discutido por Sabat (2001), as propagandas refletem e representam o que está presente na realidade das pessoas que consomem esse conteúdo. Mais especificamente é possível identificar na imagem as relações de poder desiguais que existem entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Conclui-se, portanto, que a representação da feminilidade, da forma como ocorreu na imagem em questão, tornou o corpo dessa mulher despersonalizado e objetificado e que essa representação é uma expressão dos significados culturais hegemônicos relacionados às identidades de gênero (Loponte, 2002). É possível que a retirada da mulher de sua posição de ser humano e a tentativa de reduzi-la a um objeto que está a serviço do homem na imagem apresentada estejam relacionados com os sentimentos mobilizados nas participantes ao observarem essa imagem. Esses sentimentos foram, de forma geral, negativos, sendo que as participantes relataram sentimentos de nojo, desgosto e incômodo. Valéria, por sua vez, ao falar sobre os sentimentos mobilizados pela imagem, relatou:

*“O pior é que eu sinto verdade nessa imagem. Isso não muda em nada o desejo de ninguém. Tipo assim, se a propaganda fosse diferente, que claro que deveria ser, mas, assim, se ela fosse diferente, eu não acho que os desejos seriam outros... Só o público-alvo, talvez, que mudaria, entendeu? Não mudaria o desejo de quem consome essa propaganda. [...] Eu acho que esse é o desejo de homens brasileiros que fazem muito uso de bebidas alcólicas, que eles sempre relacionam muito isso com a mulher. Eu acho que ainda é assim e, igual eu falei, se essa propaganda mudou hoje, que mudou, é porque o mercado realmente não aceita mais, não acho que é porque o desejo popular tenha mudado, porque a realidade que a gente vive é essa aqui.”*

Essa avaliação de Valéria ilustra com clareza o fato de as representações visuais que vemos nas artes e nas mídias serem, frequentemente, expressões dos significados culturais hegemônicos em relação às identidades de gênero (Loponte, 2002). Como expresso pela participante, a objetificação feminina representada na imagem se reflete e é um reflexo da nossa cultura e dos estereótipos de gênero que perpassam as relações sociais existentes na realidade em que vivemos. Dessa forma, a representação da mulher como ocorre na propaganda equivale a um “desejo” de seu público-alvo, sendo que esse “desejo” se constitui dentro da cultura, uma vez que esse é estimulado por ela.

Ainda, algumas participantes viram na propaganda uma imagem de perseguição. Nesse sentido, a participante Carol afirmou:

*“É um negócio sério, ele tá claramente perseguindo ela e isso é sério, porque mulheres são perseguidas na rua diariamente e não é, não tem graça, mas aqui*



*tipo, ah, pode rir. Invalida também quando a mulher que fala que foi perseguida e tudo mais, porque a pessoa fala 'ah, mas não é tudo isso'.*”

Assim como a participante Carol, penso que esse tipo de representação visual, que objetifica e sexualiza mulheres, utilizando atitudes agressivas como elemento cômico, normaliza opressões de gênero e naturaliza violências contra mulheres. Como mencionado anteriormente, a violência contra as mulheres se enquadra na violência de gênero, que é uma categoria de violência na qual as ações violentas ocorrem no contexto de relações sociais (Almeida, 2014). Tendo em vista as relações assimétricas entre gêneros, as mulheres são vistas como seres inferiores e a violência contra elas emerge quando indicam desejo de autonomia, sendo então consideradas “transgressoras” dos regimes tradicionais de gênero (Almeida, 2014).

Existem diversas formas de violência, como física ou psicológica, por exemplo, e ela pode ocorrer em diversas esferas da realidade, como, por exemplo, a familiar ou a pública. Independente da forma que assume ou onde ocorre, a violência contra as mulheres funciona como o intuito de controlar as mulheres e conter possíveis transgressões aos regimes tradicionais de gênero (Almeida, 2014). Frente à violência contra as mulheres, a Psicologia pode fazer contribuições. Isso porque a Psicologia deve enfrentar o desafio ético de proteger e respeitar as diferenças (Lionço, 2017) e, enquanto ciência e campo de atuação, tem como objeto de estudo e trabalho os sujeitos, que devem ser considerados como sujeitos de direito (Bock & Gianfaldoni, 2010).

Uma das formas em que a Psicologia pode agir no enfrentamento da violência contra as mulheres é na prestação de assistência às mulheres em situação de violência. Sobre o papel de psicólogas(os) no atendimento de mulheres em situação de violência na opinião das participantes, Luciana afirmou:

*“Eu acho que [o papel do psicólogo] é justamente esse acolhimento, né? Promover um lugar seguro. Não necessariamente um lugar de cura, mas de apoio, de a mulher ter para onde ir, ter com quem contar e poder falar tudo o que ela sente sem ser julgada”.*

As participantes Cecília e Flávia também ressaltaram a importância do acolhimento e da validação dos sentimentos das mulheres na assistência de mulheres em situação de violência. As duas, assim como a participante Valéria enfatizaram ainda que, na linha de frente desse atendimento, que é o atendimento psicossocial, as(os) psicólogas(os) devem atuar também na orientação dessas mulheres quanto aos seus direitos civis e aos próximos passos que podem tomar. Em seguida, elas podem ser encaminhadas para uma assistência psicoterápica, na qual trabalhariam questões como a autoestima e a autoconfiança, para reconstruir suas vidas depois de vivenciarem situações de violência.

Ainda sobre o papel das(os) psicólogas(os) nesse tipo de assistência, Ísis relata: *“Na nossa graduação, a gente acaba tendo essa aprendizagem, né, de uma escuta mais qualificada, uma sensibilidade maior”.* Assim como Ísis, Carol acredita que a assistência de mulheres em situação de violência exige uma escuta qualificada de maior sensibilidade. Acredita também que, nessas situações, as(os) psicólogas(os) precisam trabalhar com a culpa que essas mulheres sentem, uma vez que muitas mulheres que sofreram violências possuem dificuldade de se verem como vítimas de agressões e acreditam serem, de alguma forma, responsáveis pelo que aconteceu com elas.

As perspectivas das participantes sobre o assunto nos remetem às “Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em

Situação de Violência”, documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (2012). Esse documento, mencionado no presente trabalho, afirma que as(os) psicólogas(os) apresentam um papel importante no atendimento de mulheres em situação de violência e no enfrentamento da violência contra as mulheres (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Como relatado pelas participantes, essas(es) profissionais, ao atuar nesse contexto, devem orientar essas mulheres para ajudá-las a desenvolver um plano de enfrentamento. Ainda, essas referências de atuação afirmam que essas(es) profissionais devem contribuir para o empoderamento feminino e ajuda-las a encontrar formas de instigar mudanças, tanto em suas vidas quanto na sociedade, em um sentido mais amplo, reforçando seu poder e autonomia. Além disso, devem estimular a crítica aos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade, que tem como base estereótipos e fomentam violências (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

As participantes falaram, ainda, sobre quais as principais dificuldades que identificam na prestação de assistência às mulheres em situação de violência. Um dos resultados mais significativos foi o de que uma das principais dificuldades é a própria rede de atendimento. Sobre isso, a participante Ísis afirmou que acredita que a melhor forma de prestar assistência às mulheres em situações de violência é por meio do trabalho em equipe, mas que nem todos os profissionais apresentam uma escuta qualificada para contribuir para esse atendimento.

Nesse sentido, a participante Ísis acredita que profissionais pouco qualificados acabam por contribuir para a revitimização dessas mulheres no momento do atendimento. Acredita, ainda, que a articulação de toda a rede de saúde da cidade (Brasília – DF) poderia contribuir para essa assistência, uma vez que facilitaria

encaminhamentos e poderia aumentar a proteção das mulheres com a articulação de mais de um ponto de atendimento.

Assim como relatou a participante, a melhor forma de prestar assistência para mulheres em situação de violência é por meio do trabalho interdisciplinar, ou seja, um trabalho que envolva diversos profissionais com distintas formações acadêmicas (Hanada et al., 2010). De acordo com Hanada et al. (2010), na análise das redes de assistência, vários problemas que prejudicam a eficácia do atendimento dessas mulheres se fazem presentes. Alguns deles são a banalização da violência, a falta de preparo de profissionais de saúde e a dificuldade de lidar com mulheres em situações de violência e executar trabalhos em equipe (Hanada et al., 2010). Tendo isso em vista, chamo atenção para a seguinte contribuição de Ísis:

*“Eu acho que a nossa graduação é por isso, de atuar frente discriminações e... que isso também faz parte da saúde mental das pessoas também, da saúde como um todo, a gente entende que... é nesse sentido de talvez, na nossa atuação, conseguir abranger, ou conseguir aumentar, essa prática em outros espaços, sabe? Pra também outras profissões terem essa atuação também, essa escuta mais ativa mesmo, na proteção das mulheres.”*

Nesse trecho da fala da participante Ísis, ela chama atenção para uma outra forma de atuação da Psicologia no enfrentamento da violência contra as mulheres. No contexto das redes de assistência que prestam auxílio para mulheres em situação de violência, o campo da Psicologia poderia contribuir na preparação da rede e do restante de seus profissionais para a prestação de um serviço mais acolhedor e empático, que proteja a mulher e evite a sua revitimização ao buscar ajudar. Essas são características

que precisam ser cultivadas em futuras(os) psicólogas(os) e, por isso, devem ser fomentadas na formação em Psicologia.

A possibilidade de atuação mencionada se articulada também com uma das referências técnicas mencionadas anteriormente, que afirma que as(os) profissionais da Psicologia possuem o papel de promover alternativas que coloquem em xeque práticas profissionais que acabam por perpetuar a violência contra as mulheres (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Historicamente falando, a violência contra as mulheres se remete ao patriarcado e à dominação simbólica dos homens, ou seja, funciona como um dispositivo de poder masculino (Almeida, 2014). Dessa forma, é relevante também analisar a atuação das(os) psicólogas(os) com autores de violência contra as mulheres. A maioria das participantes acredita que esse papel é de contribuir para a responsabilização dos autores de violência por seus atos e de fazer um trabalho de psicoeducação, com o intuito de fazer com que saibam lidar melhor com a sua vulnerabilidade e promover mudanças em suas vidas.

A participante Valéria, inclusive, acredita que essa atuação é ainda mais efetiva no enfrentamento da violência do que a atuação junto às vítimas, uma vez que vê os autores de violência como mais dispostos a fazerem mudanças. É possível que essa impressão da participante Valéria de que as mulheres vítimas de violência sejam menos dispostas a fazerem mudanças em suas vidas esteja relacionada com uma dificuldade de lidar com expectativas sociais enraizadas nessas mulheres, que fazem com que algumas delas se responsabilizem por violências sofridas e que devem sempre cumprir o papel de cuidadoras.

Como mencionado anteriormente, a violência de gênero é resultado de relações de poder desiguais entre gêneros presentes na sociedade (Almeida, 2014). Apesar de, nessas dinâmicas de poder, os homens se encontrarem em uma posição de

“dominadores”, eles não escapam ilesos da violência. Assim como a feminilidade, a masculinidade é fluida e não possui um único significado. No entanto, ainda assim existem expectativas sociais ancoradas na masculinidade hegemônica que ditam que os homens estejam em uma posição de dominação e, quando eles não correspondem a essas expectativas, passam a ser vistos como inferiores e têm sua masculinidade questionada (Welzer-Lang, 2001; Bourdieu, 2005).

Quando essas expectativas do que seria um “verdadeiro” homem não são alcançadas, esses homens acabam por se sentirem impotentes e vulneráveis (Bourdieu, 2005). No entanto, as expectativas ancoradas na masculinidade hegemônicas reforçam as cobranças de que os homens sejam “fortes” e não demonstrem suas emoções, inseguranças e vulnerabilidade (Welzer-Lang, 2001).

Essa cobrança em relação aos homens resulta em sofrimento e impede que eles aprendam a manejar as próprias emoções negativas, que podem acabar sendo expressas por meio da violência, como é observado por Cecília: *“Violência [...], primeiramente, é um... uma forma de se comunicar, quando a pessoa não tem mais... não acha uma forma melhor para fazer aquilo”*. Assim, muitos homens acabam se voltando para a violência contra as mulheres, consideradas inferiores socialmente, com o intuito de validar sua condição de virilidade diante da sociedade (Welzer-Lang, 2001; Bourdieu, 2005).

Diante disso, é importante destacar que a agressividade é uma potencialidade da espécie humana que se encontra na base da violência (Madureira & Fonseca, 2020), mas que não precisa, necessariamente, se traduzir em violência. Dessa forma, é importante que as pessoas possam desenvolver recursos para reconhecer sua agressividade e evitar que ela se manifeste de forma violenta.

Tendo isso em vista, chamo atenção para mais uma referência técnica de atuação da(o) profissional de Psicologia no contexto discutido, que afirma que essa(e) profissional deve promover reflexões sobre as relações de poder envolvidas nos processos de construção das identidades de gênero, fazendo intervenções que contribuam para a desconstrução de desigualdades (Conselho Federal de Psicologia, 2012). Dessa forma, acredito que a Psicologia deve trabalhar na desconstrução de estereótipos de gênero que fomentam a violência, com o intuito de enfrentar, de modo efetivo, práticas opressivas geradoras de sofrimento nos indivíduos da nossa sociedade.

### **5.3 A formação em Psicologia e a violência contra as mulheres: sugestões das participantes**

Com o intuito de compreender melhor as experiências das participantes em sua formação em Psicologia em interface com o tema abordado no presente trabalho, as participantes foram questionadas sobre a discussão de questões de gênero e violência contra as mulheres no decorrer de sua graduação. Pelo relato das participantes, o tema das questões de gênero foi muito pouco discutido, principalmente na grade curricular comum. Quanto ao tema da violência contra as mulheres, por sua vez, apenas uma das participantes afirmou ter estudado o tema na grade curricular comum do curso de Psicologia.

Todas as participantes afirmaram que o contato que tiveram com esses temas foi por escolha de cada uma das participantes. Dessa forma, relataram que tiveram contato com os temas das questões de gênero e da violência contra as mulheres em disciplinas optativas, projetos de extensão ou estágios escolhidos por elas. De acordo com as

participantes, essas escolhas foram feitas com base no interesse e na curiosidade pessoal com relação a esse campo de estudo e atuação da Psicologia.

Levando em consideração que o tema das questões de gênero e das violências que as perpassam é um tema contemporâneo de grande relevância que pode se fazer presente em todos os campos de atuação da Psicologia, as participantes foram questionadas se tinham sugestões para o aprimoramento de sua formação em Psicologia com relação a esses temas. A seguir, na Tabela 2, são apresentadas algumas das sugestões feitas pelas participantes.

Tabela 2

*Sugestões das participantes para o aprimoramento da formação em Psicologia.*

<b>Sugestões das participantes para o aprimoramento da formação em Psicologia</b>
Apresentação de estudos de caso e de experiências de psicólogas(os) que trabalham na assistência de mulheres em situações de violência.
Mais palestras, rodas de conversas e disciplinas que abordem os temas das questões de gênero e da violência contra as mulheres.
Fazer conexões desses temas com áreas diversas da Psicologia, com o intuito de trabalhar a identificação de situações de violência.
Criação de mais espaços para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para o acolhimento e assistência de vítimas de violência.

O enfrentamento da violência contra as mulheres necessita de intervenções em diversos níveis, uma vez que, para provocar mudanças significativas em um cenário de violência, é preciso desenvolver ações que estimulem, também, mudanças de valores culturais (Hanada et al., 2010). Dessa forma, essas sugestões de aprimoramento da formação em Psicologia, associadas à sugestão da participante Valéria apresentada



abaixo, poderiam contribuir para o enfrentamento, assim como para a prevenção, da violência contra as mulheres. Valéria apresentou as seguintes sugestões:

*“Eu acho que pode ter mais, igual eu falei, dessa desconstrução da masculinidade hegemônica, tipo [um grupo de masculinidade que tem na minha faculdade]. Acho interessante se a gente falasse menos sobre essa coisa muito batida, tipo ciclo da violência, porque isso aí parece muito o final do negócio, é o final, mas a gente bate muito nessa tecla, que é o contexto de violência em si. A gente não tem que bater na tecla do contexto de violência, eu acho que a gente tem que bater mesmo nessa questão do gênero, da construção do feminino e do masculino e dessa masculinidade hegemônica”.*

O estudo pela Psicologia da construção de estereótipos de gênero, que servem de base afetiva para os preconceitos, contribuiria para o enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres, uma vez que a promoção de debates sobre as raízes histórico-culturais dos preconceitos é uma forma de questionar concepções que procuram legitimar e justificar desigualdades (Madureira, 2013; Madureira & Branco, 2012). Dessa forma, penso que as colocações de Madureira (2013), que afirma que a escola deve estimular a construção de um espaço de diálogo voltada para a reflexão e para a problematização crítica com relação aos preconceitos, também se aplica ao contexto da formação em Psicologia.

A importância da desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias pode ser ilustrada a partir das contribuições significativas que a apresentação da quarta imagem selecionada previamente teve para a discussão apresentada no presente trabalho (Anexo B). A imagem mostrava a poetisa e ativista estadunidense Amanda Gorman em

um palanque recitando um poema na cerimônia de posse do presidente dos Estados Unidos Joe Biden, em janeiro de 2021. Sobre o que via na imagem, a participante Carol afirmou:

*“Eu vejo [na imagem] uma mulher negra muito bonita, dando um discurso que eu, sinceramente gostaria de ter escutado. Eu vejo representatividade, vejo ancestralidade [...] É uma imagem, assim, que mexe muito comigo. Eu fico pensando em como, assim, teria sido isso e como vai ser, pras futuras gerações, verem mais mulheres assim, fazendo discursos, falando ao público e estando em situações que eram muito consideradas como situações masculinas, sabe, um direito muito masculino. E ver mulheres nessas posições é uma coisa que me toca bastante.”*

Assim como Carol, as demais participantes viram na imagem representatividade, por estarem vendo uma mulher em uma posição de importância. Como descrito pelas participantes, essa representatividade vista na imagem se remete à conquista de espaços de maior visibilidade na sociedade. Os principais sentimentos que as participantes relataram sentir ao ver a imagem foram esperança e orgulho. Sobre isso, Flávia afirmou:

*“Eu tô um pouquinho arrepiada [risos]. Acho que é orgulho, a sensação de que a gente finalmente tá conseguindo alcançar, né, mulheres estão conseguindo disseminar a voz, de estar ali presente, que estão se fazendo presentes”.*

A esperança que Carol sente parte da mesma sensação da participante Flávia e a participante Carol afirma que sente esperança e felicidade, uma vez que a imagem faz com que ela acredite que, mesmo que as coisas andem devagar, a mudança está acontecendo. E pessoas como ela, mulheres negras, estão começando a ocupar espaços

que antes não tinham direito. Dessa forma, se sente esperançosa ao pensar que gerações futuras podem ter exemplos inspiradores como esse.

Essas percepções das participantes com relação à essa imagem apresentada são tão significativas porque vivemos na contemporaneidade em uma sociedade imagética na qual as representações visuais têm poder significativo sobre os seres humanos. Isso ocorre pelo fato de as expressões visuais representarem os valores das pessoas e a forma como elas veem o mundo ao longo da história em diversos contextos culturais (Madureira, 2016). Assim, para que os indivíduos compreendam as representações culturais, é preciso que eles compreendam também as convenções culturais que perpassam essas representações (Santaella, 2012).

Dessa forma, as imagens podem ser consideradas artefatos culturais, signos a serem interpretados, que expressam os processos de significação construídos a partir das experiências das pessoas no mundo, sendo, portanto, instrumentos psicológicos que norteiam, de diferentes formas, as suas experiências no mundo (Madureira, 2016). A partir disso, é possível perceber a relevância dessa representação, não só de feminilidade, como também de negritude, e o impacto que teve sobre as participantes. Para as participantes, essa imagem deixou de ser apenas uma foto e se tornou um símbolo de resistência a práticas discriminatórias e opressivas e de esperança de um futuro menos desigual.

Como foi discutido anteriormente, para que a formação em Psicologia enfrente, de modo efetivo, práticas opressivas e discriminatória e contribua para o enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres, essa formação não deve renunciar a discussão dos preconceitos e sua construção, uma vez que possuem suas raízes em relações de poder assimétricas e desiguais. Dessa forma, a formação em Psicologia pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Assim, o ensino em Psicologia deve fazer uma interface com o campo dos direitos humanos, promovendo reflexões sobre a reprodução cotidiana de atitudes que naturalizem relações sociais discriminatórias, violentas e excludentes (Maués & Weyl, 2007, citados por Bock & Gianfaldoni, 2010). Ainda, o ensino em Psicologia deve ter como base uma ética de respeito e valorização dos direitos humanos (Bock & Gianfaldoni, 2010).

Dessa forma, conclui-se que, para que a formação em Psicologia possa contribuir para o enfrentamento e para a prevenção da violência contra as mulheres, reduzindo desigualdades e minimizando sofrimentos, ela precisa contribuir também para a desconstrução de preconceitos e para o enfrentamento de práticas opressoras. Além disso, deve se amparar nos princípios éticos de uma lógica democrática e se atentar à realidade social e política do país.

## **Considerações Finais**

A sociedade brasileira, como destacado ao longo do presente trabalho, é uma sociedade profundamente marcada por desigualdades e violências. Meus estudos em Psicologia me permitiram perceber com mais clareza a realidade de onde eu vivo e me permitiram fazer reflexões mais aprofundadas sobre as relações sociais no país. Dessa forma, como mulher – e feminista –, não pude ignorar a realidade opressora e violenta das mulheres no Brasil. Então, procurei, na pesquisa realizada, analisar a forma como a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, pode contribuir para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Assim, a pesquisa que realizei tinha como objetivo geral analisar as contribuições da formação em Psicologia para a prevenção da violência contra a mulher e para a assistência de mulheres em situação de violência, a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia. Acredito que fui capaz de exemplificar, ao longo do trabalho, a influência dos estereótipos de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres, assim como a importância da desconstrução do sexismo, ancorado nos estereótipos de gênero, e ilustrar a diversidade e multiplicidade de modos ser mulher, a partir da perspectiva das participantes, estudantes de Psicologia.

Creio, ainda, que o presente trabalho possibilitou um vislumbre das experiências que as participantes tiveram como estudantes de Psicologia e como estagiárias e extensionistas nesse campo, em interface com a temática das identidades de gênero e da violência contra as mulheres. Nesse sentido, as participantes puderam ainda fazer sugestões para o aprimoramento da formação em Psicologia com relação aos temas em questão. Algumas das sugestões foram a apresentação de experiências de psicólogas(os) que trabalham na área ao longo da graduação, a conexão desses temas com as diversas

áreas de atuação da Psicologia para estimular a identificação de situações de violência e a criação de mais espaços para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a assistências de vítimas de violência.

No entanto, é possível que pesquisas futuras permitam uma investigação mais aprofundada sobre a influência das crenças associadas à feminilidade e à masculinidade na forma como estudantes de Psicologia compreendem e percebem casos de violência contra as mulheres. Além disso, pesquisas futuras sobre a temática investigada se beneficiariam de um grupo mais diverso de participantes, que pudesse oferecer um novo olhar às questões investigadas. A participação de homens em pesquisas futuras, por exemplo, seria enriquecedora, uma vez que poderia contribuir com perspectivas masculinas sobre a masculinidade hegemônica e as relações de poder entre gêneros.

Temas relacionados com questões de gênero e a violência contra as mulheres têm ganhado cada vez mais visibilidade na contemporaneidade. É possível que, com o avanço de debates sobre diversidade e representatividade, por exemplo, a consciência das pessoas acerca das desigualdades e relações sociais assimétricas tenha crescido.

Ao estimular, por meio de pesquisas como essa, ainda mais a visibilidade de temas como identidades de gênero e questões que as perpassam, como o sexismo e o racismo, permitimos a promoção de novas reflexões e o surgimento de novos pontos de vista e novas perspectivas. É importante, ainda, que pesquisas assim levem em conta a diversidade humana e a multiplicidade de formas de existir no mundo. Assim, podemos contribuir, aos poucos, para mudanças e para a valorização da diversidade, um dos pilares dos sistemas democráticos.

Nesse sentido, o presente trabalho pôde trazer contribuições para a Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, por meio do estímulo ao respeito e à proteção das diferenças subjetivas. Assim, a Psicologia pode assumir seu compromisso

ético com os sujeitos, que devem ser considerados sujeitos de direito, e trabalhar no enfrentamento cotidiano de preconceitos e práticas discriminatórias, que promovem a manutenção de desigualdades e fomentam a violência contra diversos grupos presentes na nossa sociedade.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, T. M. C. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340.
- Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bittelbrun, G. V. (2017). Empoderamento e interdisciplinaridade no combate às violências contra a mulher. *Estudos Feministas*, 25(1): 422, 379 – 381.
- Bock, A. M. B. & Gianfaldoni, M. H. T. A. (2010). Direitos Humanos no Ensino de Psicologia. *Psicologia: Ensino & Formação* 1(2): 49 – 67.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brandão, C. F. (2005). O controle das emoções, o medo e a violência. Em A. B. Carvalho & C. F. Brandão (Orgs.), *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Nobert Elias* (pp. 57-72). São Paulo: Avercamp.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência*. Brasília: CFP.
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.



Geraque (2009). *Cérebro masculino vê mulher de biquíni como objeto, aponta estudo*.

Retirado de: <https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2009/02/505127-cerebro-masculino-ve-mulher-de-biquini-como-objeto-aponta-estudo.shtml>

Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 72-95). Petrópolis – RJ: Vozes.

González Rey, F. (2005). O Compromisso Ontológico na Pesquisa Qualitativa. Em F. González Rey, *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. Cengage Learning Editores.

Hanada, H., D’Oliveira, A. F. P. L. & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Estudos Feministas*, 18(1), 33 – 59.

Jacó-Vilela, A.M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. esp.), 28 – 43.

Le Breton, D. (2016). *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis – RJ: Vozes.

Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (núm. esp.), 208-223.

Loponte, L.G. (2002) Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, 10(2), 283 – 200.

Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia Escolar na contemporaneidade: construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. In E. Tunes (Org.), *O fio tenso que une a Psicologia à Educação* (pp. 55-73). Brasília: UniCEUB.

- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as imagens enquanto artefatos culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Artes e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57 – 82). Curitiba: Juruá.
- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2001) A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em psicologia* 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577-591.
- Madureira, A. F. A. & Fonseca, J. V. C. (2020). A escola na prevenção da violência: a transfobia em discussão. Em I. L. Fuhr (Org.), *Na escola e na vida cotidiana* (pp. 97-110). Curitiba: CRV.
- Martello, A. (2021). *Brasil teve 150 mil denúncias de violência contra a mulher em 2020; pandemia é fator, diz Damares*. Retirado de:  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml>

- Martins, H. (2017). *Taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo*. Retirado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo>
- Meneghel, S. N. (2015). Efeitos emocionais das violências de gênero. Em E. Fleury-Teixeira & S. N. Meneghel (Orgs), *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência* (pp. 115 – 117). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (2016a) O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9 – 28). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2016b). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 56-71). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Nelson, S. H. (1998). Silencing. Em S. H. Martz (Org.), *At Our Core: Women Writing About Power* (pp. 1-4). Watsonville: Papier Mache Press.
- Novaes, J. V. (2011). Beleza e feiúra: corpo feminino e regulação social. Em M. Del Priore & M. Amantino (Orgs.), *História do Corpo no Brasil* (pp. 477-506). São Paulo: Unesp.
- Observatório da Mulher Contra a Violência/Senado Federal (2018). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. Recuperado em 16 de março de 2021, de: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/menu/pesquisas/panorama>
- Oliveira, S. F. (2015). Assistência a mulheres em situação de violência. Em E. Fleury-Teixeira & S. N. Meneghel (Orgs), *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento*

- e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência* (pp. 43 – 45). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Regino, F. A. (2015). Atenção à saúde e violência institucional. Em E. Fleury-Teixeira & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência* (pp. 46 – 48). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sabat, R. (2001). Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Estudos Feministas*, 9(1), 9-21.
- Santaella, L. (2012). *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 121-129). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Travassos, E. (2015). Estereótipos de gênero. Em E. Fleury-Teixeira & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência* (pp. 132 – 134). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas* 9(2), 460-482.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis - RJ: Vozes.

## **Anexos**

### **Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

#### **“As contribuições da Psicologia, enquanto Ciência e Campo de Atuação Profissional, no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres”**

**Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**

**Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira**

**Pesquisadora assistente: Paula Miziara Verlaet**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

#### **Natureza e objetivos do estudo**

- O objetivo deste estudo é analisar, a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia, de que maneira a formação acadêmica em Psicologia pode contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres, bem como para o atendimento e assistência de mulheres em situação de violência.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

#### **Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual virtual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual virtual, com a apresentação de imagens previamente selecionadas. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

#### **Riscos e benefícios**

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista e a apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.

- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

#### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

#### **Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Paula Miziara Verlaet, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_,  
após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Ana Flávia do Amaral Madureira

Celular: (61) 99658-7755, E-mail: [ana.madureira@ceub.edu.br](mailto:ana.madureira@ceub.edu.br)

\_\_\_\_\_  
Paula Miziara Verlaet

Celular: (61) 99617-7181, E-mail: [verlaerpaula@sempreceub.com](mailto:verlaerpaula@sempreceub.com)

#### **Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200

## **Anexo B - Instrumentos de pesquisa.**

### **Roteiro de entrevista**

#### **Dados sociodemográficos**

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Com qual gênero você se identifica?
- 3) Qual é o seu pertencimento étnico-racial?
- 4) Você possui religião? (Se sim, qual?)
- 5) Em qual semestre da graduação em Psicologia você está?

#### **Questões gerais**

- 1) Para você, o que é gênero?
- 2) O que é ser mulher para você?
- 3) O que é ser homem para você?
- 4) Você acredita que existem expectativas sociais diferentes em relação às mulheres e em relação aos homens, ou não? Por quê? (Se sim, quais são, ao seu ver, essas expectativas? O que você acha dessas expectativas?)
- 5) Na sua graduação até o presente momento, foram discutidas questões de gênero, ou não? (Se sim, de que forma?)
- 6) Você já teve alguma experiência, em estágios ou em projetos de extensão, na assistência de mulheres em situação de violência? (Se sim, como foi?)
- 7) O que é violência para você?
- 8) Nas disciplinas que você já cursou, foram abordadas questões diretamente relacionadas à violência contra as mulheres, ou não? (Se sim, como essas questões foram abordadas?)
- 9) Quais você acredita serem as principais dificuldades enfrentadas ao prestar assistência a mulheres em situação de violência?

- 10) Em sua opinião, qual é o papel dos(as) psicólogos(as) no atendimento a mulheres em situação de violência?
- 11) Em sua opinião, qual é o papel dos(as) psicólogos(as) no trabalho junto a autores de violência contra as mulheres?
- 12) De que forma você acha que a sua formação em Psicologia até agora contribui para o enfrentamento da violência contra as mulheres?
- 13) De que forma você acha que a sua formação em Psicologia até agora contribui para a prevenção da violência contra as mulheres?
- 14) Você tem sugestões para o aprimoramento da formação em Psicologia em relação à temática discutida? (Se sim, quais?)
- 15) Você gostaria de acrescentar algo?



### Imagens selecionadas



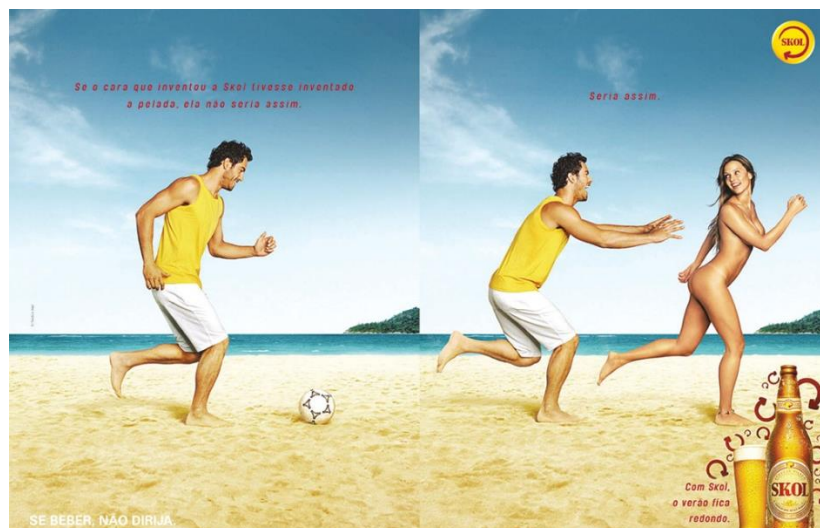
Qual dessas mulheres você gostaria de ser? Por quê?

Qual dessas mulheres você não gostaria de ser? Por quê?



Qual desses homens você gostaria de ser? Por quê?

Qual desses homens você não gostaria de ser? Por quê?



O que você vê nessa imagem?

O que você sente diante dessa imagem? Por quê?



O que você vê nessa imagem?

O que você sente diante dessa imagem? Por quê?

**Anexo C – Parecer Consubstanciado do CEP**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** As Contribuições da Psicologia, Enquanto Ciência e Campo de Atuação Profissional, no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

**Pesquisador:** Ana Flávia do Amaral Madureira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 51592321.4.0000.0023

**Instituição Proponente:** Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.015.597

**Apresentação do Projeto:**

Resumo

- Tipo de estudo: este é um estudo descritivo e de abordagem qualitativa.
- Descrição e critérios de escolha dos participantes: "6 (seis) estudantes de Psicologia, a partir do 7º semestre da graduação, que tenham, de preferência, experiência em estágios ou projetos de extensão voltados à assistência de mulheres em situação de violência".
- Tipo de instituição onde será realizado o estudo: Não há uma instituição específica para realização deste estudo.

**Objetivo da Pesquisa:**

Conforme o projeto, este estudo possui como objetivo "Analisar, a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia, de que maneira a formação acadêmica em Psicologia pode contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres, bem como para o atendimento e assistência de mulheres em situação de violência".

Os objetivos estão adequados à proposta da pesquisa, sendo possíveis de serem alcançados.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os pesquisadores ressaltam que este estudo possui riscos baixos, inerentes ao procedimento de

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 5.015.597

entrevista. Como medida preventiva propõem “orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que a(o) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais”, ressaltando que este não é obrigado a participar da pesquisa.

Como benefícios, afirma-se que a pesquisa contribui “com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre as contribuições da Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, no enfrentamento da violência contra as mulheres”.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta relevância acadêmica e social da pesquisa. Neste estudo não constam problemas éticos.

O currículo da pesquisadora responsável que está disponível na plataforma Lattes.

Consta, no cronograma de pesquisa, início da coleta de dados para 15 de outubro de 2021, prazo adequado para emissão do parecer pelo comitê de ética.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos considerados:

- Folha de Rosto (FR): o documento foi apresentado e nele constam as informações da pesquisa, do pesquisador e da instituição proponente. Foi apresentada a confirmação, por e-mail, da coordenação do curso.

- Termo de Aceite Institucional: não é necessário para este estudo.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): No documento constam os seguintes tópicos: a) natureza e objetivos do estudo, b) procedimentos da pesquisa, c) riscos e benefícios, d) participação, recusa e direito de se retirar do estudo e e) confidencialidade. Os contatos dos pesquisadores (e-mail institucional e telefone fixo) são apresentados no TCLE. Assinam o termo o participante, o pesquisador responsável e o pesquisador assistente. Constam, também, os contatos do CEP-UniCEUB.

#### **Recomendações:**

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções no 446/12 e no 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

**Endereço:** SEP7 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 5.015.597

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - desenvolver o projeto conforme delineado;

III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A pesquisa está adequada para o início da coleta de dados.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 5.013.980/21, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UnICEUB do ano, em 24 de setembro de 2021.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1821217.pdf	08/09/2021 13:10:39		Aceito
Outros	Folha_de_Rosto_Concordancia.pdf	08/09/2021 13:09:35	PAULA MIZIARA VERLAET	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_PaulaMiziaraVerlaet.pdf	08/09/2021 13:08:59	PAULA MIZIARA VERLAET	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMonografia_PaulaMiziaraVerlaet.pdf	05/09/2021 13:12:42	PAULA MIZIARA VERLAET	Aceito

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 5.015.597

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PaulaMiziaraVerlaet.pdf	05/09/2021 13:12:07	PAULA MIZIARA VERLAET	Aceito
---	------------------------------	------------------------	--------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 03 de Outubro de 2021

Assinado por:

Marilia de Queiroz Dias Jacome  
(Coordenador(a))

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br